



**CENTRO DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO**  
Centro General Serzedello Corrêa




**CENTRO DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO**



**BOLETIM INFORMATIVO Nr 03**


**CENTRO DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO**

**JULHO / 2017**

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 2	
--------	---	--------	---

## ÍNDICE

<b>1ª PARTE – ORIENTAÇÃO TÉCNICA .....</b>	<b>3</b>
1. Produção de Conhecimento.....	3
a. Tríade Estratégica do Sistema de Controle Interno do Exército.....	3
2. Instrução Normativa nº 3, de 09 Jun 17, da CGU - (Rfr Tec Atv Aud Intr Gov).....	9
<b>2ª PARTE – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CCIEX .....</b>	<b>43</b>
1. Auditorias Especiais desenvolvidas no período de 13 junho a 13 de julho de 2017.....	43
a. Instauração .....	43
b. Prorrogação de Prazo de Auditoria Especial .....	43
2. Auditoria de Natureza Operacional .....	43
a. Instauração .....	46
b. Painel de Referência.....	46
3. Visitas de Auditoria Realizadas .....	48
4. Capacitação / Cursos .....	48
<b>3ª PARTE – ASSUNTOS GERAIS .....</b>	<b>50</b>
1. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações as Unidades Gestoras .....	50
a. Nota Técnica Informativa Especial.....	50
b. Legislações e Atos Normativos .....	50
c. Orientações aos OD – DIEx nº 178-S2/11ª ICFEx, Circular, de 24 Jul 2017.....	50
2. Decálogo do Controle Interno.....	51

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 3	
--------	---	--------	---

## **1ª PARTE – ORIENTAÇÃO TÉCNICA**

### **1. Produção de Conhecimento**

#### **a. Tríade Estratégica do Sistema de Controle Interno do Exército**

O artigo foi produzido pela Seção de Operações, Planejamento e Estudos (SPE), com a finalidade de apresentar três ferramentas digitais e de governança do Sistema de Controle Interno (SisCIEEx): o Sistema de Acompanhamento da Gestão (SAG), o Sistema de Acompanhamento de Dano ao Erário (SISADE) e o Sistema de Auditoria Interna do Exército Brasileiro (SIAUDI-EB). O artigo foi elaborado pelo Coronel Adelson Robbi, Chefe Seção de Operações, Planejamento e Estudos do CCIEEx.

### **Considerações sobre a Tríade Estratégica do Sistema de Controle Interno do Exército**

#### **1. INTRODUÇÃO**


O planejamento estratégico é um processo formal, conduzido pela alta administração, que dá um direcionamento de alto nível às organizações. Segundo Certo & Peter (1993), “o planejamento estratégico é um processo contínuo e interativo que visa a manter uma organização como um conjunto apropriadamente integrado ao seu ambiente”.

Os mesmos autores dividem o planejamento estratégico nas seguintes etapas:

- análise do ambiente organizacional;
- definição das diretrizes organizacionais: missão, visão, objetivos e metas;
- formulação das estratégias;
- implementação das estratégias; e
- controle estratégico.

Simplificadamente, consiste em um processo de decisão: quais oportunidades a organização perseguirá e quais deixará de lado (adaptado de Bower & Gilbert, 2009).

Percebe-se claramente, por essas definições, que as estratégias ocupam um posicionamento central no processo de planejamento estratégico. Mas será que elas nascem apenas desse rito formalizado e nas posições hierárquicas superiores?

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 4	
--------	---	--------	---

## 2. DESENVOLVIMENTO

Este autor já questionava tal assertiva em 2006, em um artigo intitulado “A importância do planejamento”, publicado na revista pedagógica da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx):

*“Mas, e se um funcionário tiver uma ideia que melhore o controle dos estoques de uma organização? Isso pode não ter sido contemplado no processo de planejamento estratégico. Afinal de contas, esse fato foi estratégico? Se ajudou a contemplar um objetivo estratégico da organização, por que dizer que não foi? Ainda mais se o retorno financeiro for substancial ou a expectativa do cliente foi superada (no caso de uma organização pública). O fato é que situações importantes e positivas podem vir de um processo sistematizado ou não. Cabe à liderança organizacional incorporar essas ideias, não contempladas no planejamento estratégico, se for o caso (adaptado de Mintzberg, 2004).”*

Passados mais de dez anos de tal publicação, já agora como integrante do Sistema de Controle Interno do Exército (SisCIEEx), este autor pôde comprovar que, em qualquer organização, pública ou privada, as estratégias pululam, aparecem nos cantos mais obscuros, onde menos se espera o seu surgimento, e, na maioria dos casos, desenvolvidas por atores secundários, que mesmo involuntariamente, desenvolvem mecanismos poderosos e estratégicos para uma organização.

Três ferramentas digitais e de governança do SisCIEEx se sobressaem neste contexto e serão apresentadas como exemplos: o Sistema de Acompanhamento da Gestão (SAG), o Sistema de Acompanhamento de Dano ao Erário (SISADE) e o Sistema de Auditoria Interna do Exército Brasileiro (SIAUDI-EB). Serão, doravante, identificados como Tríade Estratégica do Sistema de Controle Interno do Exército (figura 1) e discutidos individualmente, para que se tenha, em seguida, um entendimento do todo.

Há que salientar, ainda, a economia aproximada de mais de R\$ 1 milhão de reais para os cofres públicos no desenvolvimento desses sistemas, o que, em momento de crise e contingenciamento de recursos na área pública, é algo de extrema importância.


CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 5	
--------	---	--------	---



Figura 1 — tríade estratégica do SisCIEEx (Fonte: o autor, 2017)

## 2.1 O SAG

O SAG foi desenvolvido a custo zero pelo Maj Manfrini de Assis, da 2ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx). Ele trabalhava na 10ª Inspeção como auditor em 2010, quando um documento produzido incorretamente por uma das Unidades Gestoras (UG) vinculadas acabou trazendo problemas de ordem administrativa a vários militares. A sua grande inquietação: por que a ICFEx ou a própria UG não percebeu aquela situação? Por que só a adoção de medidas corretivas após a situação ter ocorrido?

Naquela ocasião e ainda hoje, os múltiplos sistemas produzidos pela Administração Pública e pela Instituição tinham que ser consultados ao mesmo tempo, para evitar uma impropriedade/irregularidade. As seguintes perguntas necessitavam ser feitas e não apresentavam respostas consistentes:

Como extrair e dominar a informação, mantendo-a atualizada?


Como conectar os bancos de dados?

Como cruzar as informações das diversas fontes?

Como estabelecer uma amostra segura de auditoria?

Como usar as técnicas de auditoria auxiliada por computador?

Faltava alguma ferramenta que respondesse a esses questionamentos e que produzisse insumos facilitadores dos trabalhos de gestão e auditoria surgiu o SAG um sistema de consulta onde qualquer usuário, previamente autorizado, pudesse obter informações consolidadas sobre os registros contábeis de determinada(s) UG no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI); uma ferramenta para cruzar dados fins de aproximar a “amostra” de auditoria ao valor total

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 6	
--------	---	--------	---

da população auditada (riscos da amostragem); um mecanismo que implementasse técnicas de auditoria assistidas por computador.

Como fazê-lo, se o militar em questão não possuía nenhum conhecimento na área da informática ou de sistemas? O Maj Manfrini pesquisou, dedicou-se diuturnamente e conseguiu desenvolver o SAG, fruto de um trabalho individual de mais de 6 (seis) anos, que hoje, patrocinado pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx), é referência em gestão e auditoria no âmbito do Exército.

Quanto se gastou para isso? Apenas a boa vontade e o trabalho duro de um militar comprometido com a Instituição.

## 2.2 O SISADE


Os controles de processos de possíveis danos ao erário eram efetuados manualmente, por meio do Relatório de Acompanhamento das Apurações de Indício de Irregularidades Administrativas (RAAIIA). Cada UG, trimestralmente, consolidava os seus processos e os encaminhava à ICFEx de vinculação, que, por sua vez, utilizando os mesmos passos, consolidava-os de todas as suas UG e os remetia ao CCIEEx.

Caixas e mais caixas de documentos eram produzidas e, o mais importante, a análise de todo esse portfólio, constituía-se em algo muito difícil de ser realizado.

Foi quando o então S Ten José Carlos de Oliveira, da 2ª ICFEx, sediada em SP, foi incumbido de analisar os processos das UG da Inspeção. Durante a execução desse trabalho, questionou-se do porquê de tal atividade ser realizada assim por muitos anos e começou a perguntar a outros interlocutores a resposta era, invariavelmente, a mesma; porque sempre se fez assim.

Fruto dessa indignação partiu para a ação, pensando, inicialmente, em resolver o seu problema de trabalho. Para isso, procurou o S Ten Art Dielson Rocha Batista, da Comissão Regional de Obras/2 (CRO/2), especialista em TI, para ajudá-lo no desenvolvimento de um mecanismo que, frise-se mais uma vez, resolvesse o seu problema.

Surgia assim, em um local afastado das grandes decisões da Instituição, e por iniciativa de um S Ten, o SISADE, que, num primeiro momento, passou a controlar de forma *on line* todos os processos das UG vinculadas à 2ª ICFEx.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 7	
--------	---	--------	---

Depois de muitas idas e vindas, o sistema passou a ser patrocinado pelo CCIEx, que enxergou aí a possibilidade de o Comando da Força ter informações disponíveis sobre todos os possíveis danos causados em mais de 400 UG.

Em sua nova versão, desenvolvida pelo Cap Marcelo de Faria Paulino, do CCIEx, o SISADE trouxe funcionalidades mais modernas, tornando-se uma ferramenta com características gerenciais e facilitadora de tomada de decisão nos mais diversos níveis de Comando, Chefia ou Direção, acerca da apuração de irregularidades administrativas no âmbito da Força.

Impende destacar que o uso do Sistema está hodiernamente consolidado, servindo de base para controle e acompanhamento pelo CCIEx, por todas as ICFEx e por suas respectivas UG vinculadas.

Quanto se gastou para isso? Apenas a boa vontade e o trabalho duro de militares comprometidos com a Instituição.

### **2.3 O SIAUDI-EB**


Para fechar a tríade, havia a necessidade de um sistema que permitisse acompanhar todo o processo de auditoria, desde os trabalhos de planejamento até o monitoramento de todas as recomendações exaradas pelo Controle Interno.

O SIAUDI-EB ainda está sendo concebido com o objetivo de atender às crescentes demandas do Sistema de Controle Interno do Comando do Exército, proporcionando à Força uma ferramenta informatizada para aperfeiçoar a sua governança.

Os Cap Marcelo de Faria Paulino e Genilson Xavier da Silva, além do 2º Ten José Carlos de Oliveira, todos do CCIEx, têm trabalhado diuturnamente para apresentar o sistema, pelo menos ao nível de protótipo, até o final de 2017.

Neste caso, tal iniciativa surgiu de algo descrito formalmente no processo de planejamento do CCIEx, vinculado aos seguintes objetivos estratégicos:

- Intensificar o uso de soluções de infraestrutura de tecnologia da informação nos trabalhos de gerir auditoria e fiscalização (Objetivo Estratégico - OE 3);
- Aperfeiçoar os processos de gerir auditoria e fiscalização (OE 4); e,
- Contribuir para o aperfeiçoamento da governança do Exército Brasileiro (OE 9).

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 8	
--------	---	--------	---

### 3 CONCLUSÃO

Os trabalhos de auditoria já são fortemente influenciados pelas estratégias e tecnologias digitais.


Como se pode depreender, o SAG e o SISADE nasceram de iniciativas individuais que, com o passar do tempo, tornaram-se estratégicas. O SIAUDI-EB nasceu de deliberações da Alta Administração em um processo formalizado, mas só está sendo possível a sua implementação graças ao entendimento e à participação dos níveis hierárquicos inferiores.

Não importa o nascedouro, se do topo para a base ou vice-versa, o que importa são os resultados e os custos envolvidos. O SAG e o SISADE já são uma realidade dentro da estrutura organizacional do Exército, enquanto o SIAUDI-EB está em avançado processo de estruturação, todos eles trazendo resultados expressivos à Força, todos eles sendo concebidos praticamente a custo zero.

### Bibliografia

- Bower, Joseph L., Gilbert, Clark G. Como as decisões rotineiras dos gerentes criam – ou destroem – a estratégia de uma empresa. In: \_\_\_\_\_. Renovação da Estratégia. Tradução de Gerson Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p.125-142.
- Certo, Samuel C., Peter, J. Paul. *Administração Estratégica: Planejamento e Implantação da Estratégia*. Tradução de Flávio Deni Steffen. São Paulo: Makron Books, 1993.
- Mintzber, Henry. Ascensão e queda do planejamento estratégico. Tradução de Maria Adelaide Capigiani. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- ROBBI, Adelson. A importância do Planejamento. In: \_\_\_\_\_. Escola Preparatória de Cadetes do Exército. *Revista Pedagógica*. Campinas, 2006.



CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 9	
--------	---	--------	---

2. Instrução Normativa nº 3, de 09 Jun 17, da CGU - (Rfr Tec Atv Aud Intr Gov)

## **MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

### **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 09 DE JUNHO DE 2017**

Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

**O SECRETÁRIO FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos artigos 22, inciso I e § 5º, e 24, inciso IX, da Lei n.º 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, no artigo 15 do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro 2000;


#### **RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo a esta Instrução Normativa, o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, que estabelece os princípios, as diretrizes e os requisitos fundamentais para a prática profissional da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal.

Art. 2º As disposições desta Instrução Normativa devem ser observadas pelos órgãos e unidades que integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, instituído pelo art. 74 da Constituição Federal e disciplinado pela Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e pelas unidades de auditoria interna singulares dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação.

**Art. 4º Fica revogada a Instrução Normativa SFC/MF nº 01, de 06 de abril de 2001.**

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 10	
--------	---	---------	---

ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 09 DE JUNHO DE 2017

**REFERENCIAL TÉCNICO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA  
GOVERNAMENTAL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL**


**INTRODUÇÃO**

As diretrizes para o exercício do controle no âmbito do Poder Executivo Federal (PEF) remontam à edição do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que, ao defini-lo como princípio fundamental para o exercício de todas as atividades da Administração Federal, aplicado em todos os níveis e em todos os órgãos e entidades, segmentou-o em três linhas (ou camadas) básicas de atuação na busca pela aplicação eficiente, eficaz e efetiva dos recursos. Como consequência, verifica-se que o controle é exercido em diversos ambientes normativos e culturais, quais sejam: a gestão operacional; a supervisão e o monitoramento; e a auditoria interna.

No âmbito dos sistemas de atividades auxiliares, o normativo também determina a organização sistêmica da atividade de auditoria interna pelo PEF, a ser exercida junto a órgãos e entidades que variam em propósito, tamanho, complexidade e estrutura e que detém quadros funcionais compostos por indivíduos com diferentes níveis de conhecimento e de experiência. Essa organização sistêmica está sujeita à orientação normativa, à supervisão técnica e à fiscalização específica pelo órgão central do sistema.

Uma vez que essa diversidade pode influenciar a prática do controle em cada ambiente, a utilização de princípios, conceitos e diretrizes convergentes com normas e práticas internacionais torna-se essencial para a harmonização e a avaliação da atuação dos agentes públicos e, por consequência, para a qualificação dos produtos dessa atuação.

Posteriormente, a Constituição Federal (CF) de 1988 inovou ao trazer a terminologia “sistemas de controle interno”, que exercem a fiscalização na forma da lei, em conjunto com os órgãos de controle externo que apoiam os poderes legislativos. A CF segmentou, também, as responsabilidades dos sistemas de controle interno, no âmbito da União e de suas entidades da administração direta e indireta, em fiscalizações das áreas contábil, financeira, orçamentária, ope-

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 11	
--------	---	---------	---


racional e patrimonial. No artigo 74, a Carta Magna definiu as finalidades dos sistemas de controle interno de cada Poder – Legislativo, Executivo e Judiciário – que deverão ser constituídos por cada um deles de forma integrada.

No âmbito federal, a Lei 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, buscou organizar e disciplinar os princípios preconizados pelo Decreto - Lei nº 200 com as determinações constitucionais acerca do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal. A norma estrutura as finalidades, organização e competências dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno. Nota-se que as competências atribuídas a todos os Sistemas, exceto ao Sistema de Controle Interno, são fortemente relacionadas a seus papéis e responsabilidades de gestão e supervisão em suas respectivas áreas – primeira e segunda camada.

As atribuições definidas para o Sistema de Controle Interno pela Lei 10180/2001 referem-se a avaliações exercidas por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, além da prestação de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, as quais são exercidas por meio dos instrumentos de auditoria e de fiscalização.

Nesse contexto, o presente Referencial Técnico posiciona-se como um instrumento de convergência das práticas de auditoria interna governamental exercidas no âmbito do Poder Executivo Federal com normas, modelos e boas práticas internacionais e com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, que determinou a sistematização de práticas relacionadas a governança, gestão de riscos e controles internos no Poder Executivo Federal.

Isso posto, este Referencial tem como propósitos definir princípios, conceitos e diretrizes que nortearão a prática da auditoria interna governamental e fornecer uma estrutura básica para o aperfeiçoamento de sua atuação, com a finalidade de agregar valor à gestão dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 12	
--------	---	---------	---

## CAPÍTULO I

### PROPÓSITO E ABRANGÊNCIA DA AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

1. A auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

2. No âmbito do Poder Executivo Federal, a atividade de auditoria interna governamental deve ser realizada em conformidade com o presente Referencial Técnico, que estabelece os requisitos fundamentais para a prática profissional e para a avaliação do desempenho da atividade de auditoria interna governamental.

#### Seção I

#### Propósito

3. A atividade de auditoria interna governamental tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.

4. A atividade de auditoria interna governamental no Poder Executivo Federal é exercida pelo conjunto de Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) elencadas a seguir:


a) Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e as Controladorias Regionais da União nos estados, que fazem parte da estrutura do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU);

b) Secretarias de Controle Interno (Ciset) da Presidência da República, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, e respectivas unidades setoriais;

c) auditorias internas singulares (Audin) dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta; e

d) o Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) do Ministério da Saúde.

5. Exceto em caso de declaração expressa em contrário, as referências ao termo “Audin”, no contexto deste Referencial Técnico, são igualmente aplicáveis às auditorias internas singulares e ao Denasus.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 13	
--------	---	---------	---

## **Seção II**

### **Abrangência**

6. Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem atuar de forma regular e alinhada ao interesse público. Para tanto, devem exercer o controle permanente sobre seus próprios atos, considerando o princípio da autotutela. Assim, é responsabilidade da alta administração das organizações públicas, sem prejuízo das responsabilidades dos gestores dos processos organizacionais e das políticas públicas nos seus respectivos âmbitos de atuação, o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão.

7. A estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal deve contemplar as três linhas de defesa da gestão ou camadas, a qual deve comunicar, de maneira clara, as responsabilidades de todos os envolvidos, provendo uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas.

#### **Primeira linha de defesa**

8. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.

9. A primeira linha de defesa contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.


10. De forma a assegurar sua adequação e eficácia, os controles internos devem ser integrados ao processo de gestão, dimensionados e desenvolvidos na proporção requerida pelos riscos, de acordo com a natureza, a complexidade, a estrutura e a missão da organização.

#### **Segunda linha de defesa**

11. As instâncias de segunda linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.

12. Essas instâncias são destinadas a apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha de defesa, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento.

13. Os Assessores e Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) nos Ministérios integram a segunda linha de defesa e podem ter sua atuação complementada por outras estruturas específicas definidas pelas próprias organizações.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 14	
--------	---	---------	---

### **Terceira linha de defesa**

14. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

15. A atividade de auditoria interna governamental deve ser desempenhada com o propósito de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação das organizações que as gerenciam. Os destinatários dos serviços de avaliação e de consultoria prestados pelas UAIG são a alta administração, os gestores das organizações e entidades públicas federais e a sociedade.


16. As UAIG devem apoiar os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal na estruturação e efetivo funcionamento da primeira e da segunda linha de defesa da gestão, por meio da prestação de serviços de consultoria e avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

17. Os serviços de avaliação compreendem a análise objetiva de evidências pelo auditor interno governamental com vistas a fornecer opiniões ou conclusões em relação à execução das metas previstas no plano plurianual; à execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; à regularidade, à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública; e à regularidade da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

18. Por natureza, os serviços de consultoria representam atividades de assessoria e aconselhamento, realizados a partir da solicitação específica dos gestores públicos. Os serviços de consultoria devem abordar assuntos estratégicos da gestão, como os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos e ser condizentes com os valores, as estratégias e os objetivos da Unidade Auditada. Ao prestar serviços de consultoria, a UAIG não deve assumir qualquer responsabilidade que seja da Administração.

19. Os trabalhos de avaliação dos processos de gestão de riscos e controles pelas UAIG devem contemplar, em especial, os seguintes aspectos: adequação e suficiência dos mecanismos de gestão de riscos e de controles estabelecidos; eficácia da gestão dos principais riscos; e conformidade das atividades executadas em relação à política de gestão de riscos da organização.

20. No âmbito da terceira linha de defesa, a SFC e as Ciset exercem a função de auditoria interna governamental de forma concorrente e integrada com as Audin, onde existirem.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 15	
--------	---	---------	---

## **CAPÍTULO II**

### **SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL**

21. A Constituição Federal (CF) dispõe, em seu art. 70, que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação das subvenções e à renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo Sistema de Controle Interno (SCI) de cada Poder.

22. Em seu Art. 74, a CF definiu, como finalidade do SCI, entre outras, avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e dos resultados da gestão nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Para dar cumprimento ao mandamento constitucional, a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, disciplinaram a organização, as finalidades e a estrutura do SCI, no âmbito do Poder Executivo Federal.

23. Além das competências relacionadas à função típica de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal, a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, também contemplou a apuração de atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais como competência dos órgãos e unidades do SCI. Essas atividades devem ser conduzidas, no que couber, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos neste Referencial Técnico.

24. A atuação do SCI abrange todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, incluindo as empresas estatais e qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos sob a responsabilidade do Poder Executivo Federal.

#### **Seção I**


##### **Organização e Estrutura**

25. Integram o SCI:

a) como órgão central: a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU);

b) como órgãos setoriais: as Secretarias de Controle Interno (Ciset) da Presidência da República, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa; e

c) como unidades setoriais da Ciset do Ministério da Defesa: as unidades de controle interno dos comandos militares.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 16	
--------	---	---------	---

26. As auditorias internas singulares (Audin) dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta e o Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) do Ministério da Saúde atuam como órgãos auxiliares ao SCI.

27. Compete ao órgão central do SCI e aos órgãos setoriais nas respectivas áreas de jurisdição prover orientação normativa e supervisão técnica às UAIG.

28. A orientação normativa e a supervisão técnica são exercidas mediante a edição de normas e orientações técnicas e a avaliação da atuação das UAIG, com o objetivo de harmonizar a atividade de auditoria interna governamental, promover a qualidade dos trabalhos e integrar o Sistema.

29. Os AECI, no desempenho das funções de apoio à atuação do SCI preconizadas pelo Decreto nº 3.591, de 6 set 2000, devem observar as orientações normativas do órgão central do SCI e exercer suas atividades em conformidade com os princípios estabelecidos neste Refr Técnico.

30. Compete ao órgão central do SCI estabelecer diretrizes quanto à realização de ações integradas pelas UAIG, de forma a promover atuação harmônica no contexto das competências concorrentes e o fortalecimento recíproco das UAIG.

## **Seção II**

### **Articulação Interinstitucional**


31. Em face da complexidade inerente à execução das políticas públicas – o que demanda esforço e articulação entre as instituições envolvidas em seu processo de avaliação – o SCI e os AECI devem trabalhar de forma articulada e integrada, com sinergia e mediante clara definição de papéis, de forma a racionalizar recursos e maximizar os resultados decorrentes de sua atuação.

32. De forma a promover a integração operacional do SCI e de seus órgãos auxiliares, a Comissão de Coordenação de Controle Interno (CCCI), cuja composição e competências foram disciplinadas por intermédio do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, enquanto órgão colegiado de função consultiva, pode efetuar estudos e propor medidas para integração, avaliação e aperfeiçoamento das atividades das UAIG e homogeneizar interpretações sobre procedimentos relativos às atividades do Sistema.

33. A cooperação entre as UAIG e as instituições públicas que atuam na defesa do patrimônio público, tais como o Ministério Público e a Polícia Federal, tem o objetivo de promover o intercâmbio de informações e de estabelecer ações integradas ou complementares para proporcionar maior efetividade às ações de enfrentamento à corrupção.

34. Nos casos em que forem identificadas irregularidades que requeiram procedimentos adicionais com vistas à apuração, à investigação ou à proposição de ações judiciais, as UAIG devem zelar pelo adequado e tempestivo encaminhamento dos resultados das auditorias às instâncias competentes.



CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 17	
--------	---	---------	---

35. O apoio ao controle externo, disposto na CF, operacionaliza-se por meio da cooperação entre o SCI e os órgãos de controle externo, na troca de informações e de experiências, bem como na execução de ações integradas, sendo essas compartilhadas ou complementares.

36. As UAIG devem zelar pela existência e efetivo funcionamento de canais de comunicação que fomentem o controle social, assegurando que os resultados decorrentes da participação dos cidadãos sejam apropriados como insumo para o planejamento e a execução dos trabalhos de auditoria.

### **CAPÍTULO III**

#### **PRINCÍPIOS E REQUISITOS ÉTICOS**


37. A atuação dos auditores internos governamentais em conformidade com princípios e requisitos éticos proporciona credibilidade e autoridade à atividade de auditoria interna governamental. Esse padrão de comportamento deve ser promovido por todas as UAIG.

#### **Seção I**

#### **Princípios Fundamentais para a Prática da Atividade de Auditoria Interna Governamental**

38. Os princípios representam o arcabouço teórico sobre o qual repousam as normas de auditoria. São valores persistentes no tempo e no espaço, que concedem sentido lógico e harmônico à atividade de auditoria interna governamental e lhe proporcionam eficácia. As UAIG devem assegurar que a prática da atividade de auditoria interna governamental seja pautada pelos seguintes princípios:

- a) integridade;
- b) proficiência e zelo profissional;
- c) autonomia técnica e objetividade;
- d) alinhamento às estratégias, objetivos e riscos da Unidade Auditada;
- e) atuação respaldada em adequado posicionamento e em recursos apropriados;
- f) qualidade e melhoria contínua; e
- g) comunicação eficaz.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 18	
--------	---	---------	---

## Seção II

### Requisitos Éticos

39. Os requisitos éticos representam valores aceitáveis e esperados em relação à conduta dos auditores internos governamentais e visam promover uma cultura ética e íntegra em relação à prática da atividade de auditoria interna.

#### **Integridade e Comportamento**

40. Os auditores internos governamentais devem servir ao interesse público e honrar a confiança pública, executando seus trabalhos com honestidade, diligência e responsabilidade, contribuindo para o alcance dos objetivos legítimos e éticos da unidade auditada.

41. Os auditores devem evitar quaisquer condutas que possam comprometer a confiança em relação ao seu trabalho e renunciar a quaisquer práticas ilegais ou que possam desacreditar a sua função, a UAIG em que atuam ou a própria atividade de auditoria interna governamental.

42. Os auditores internos governamentais devem ser capazes de lidar de forma adequada com pressões ou situações que ameacem seus princípios éticos ou que possam resultar em ganhos pessoais ou organizacionais inadequados, mantendo conduta íntegra e irreparável.

43. Os auditores internos governamentais devem se comportar com cortesia e respeito no trato com pessoas, mesmo em situações de divergência de opinião, abstendo-se de emitir juízo ou adotar práticas que indiquem qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

44. Ao executar suas atividades, os auditores internos governamentais devem observar a lei e divulgar todas as informações exigidas por lei e pela profissão.


#### **Autonomia Técnica e Objetividade**

45. Os requisitos de autonomia técnica e objetividade estão associados ao posicionamento da UAIG e à atitude do auditor em relação à Unidade Auditada, com a finalidade de orientar a condução dos trabalhos e subsidiar a emissão de opinião institucional pela UAIG. Para tanto, tem-se como pressupostos que a unidade de auditoria disponha de autonomia técnica e que os auditores sejam objetivos.

46. As ameaças à autonomia técnica e à objetividade devem ser gerenciadas nos níveis da função de auditoria interna governamental, da organização, do trabalho de auditoria e do auditor. Eventuais interferências, de fato ou veladas, devem ser reportadas à alta administração e ao conselho, se houver, e as conseqüências devem ser adequadamente discutidas e tratadas.

#### **Autonomia Técnica**

47. A autonomia técnica refere-se à capacidade da UAIG de desenvolver trabalhos de maneira imparcial. Nesse sentido, a atividade de auditoria interna governamental deve ser realizada

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 19	
--------	---	---------	---

livre de interferências na determinação do escopo, na execução dos procedimentos, no julgamento profissional e na comunicação dos resultados.

48. O Responsável pela UAIG deve se reportar a, se comunicar e interagir com um nível dentro da Unidade Auditada que permita à UAIG cumprir com as suas responsabilidades, seja a alta administração da organização, seja o conselho, se houver. Caso a independência organizacional da UAIG não esteja assegurada por lei ou regulamento, ela deve ser confirmada junto à administração ou ao conselho, se houver, pelo menos anualmente.

49. Nos casos em que o Responsável pela UAIG tenha atribuições de gestão externas à atividade de auditoria interna, ou exista a expectativa de exercer tais atribuições no âmbito da Unidade Auditada, devem ser adotadas salvaguardas para limitar o prejuízo à autonomia técnica e à objetividade. Caso efetivamente ele detenha tais atribuições, o trabalho de avaliação sobre os processos pelos quais foi responsável deve ser supervisionado por uma unidade externa à auditoria interna.

#### Objetividade

50. Os auditores internos governamentais devem atuar de forma imparcial e isenta, evitando situações de conflito de interesses ou quaisquer outras que afetem sua objetividade, de fato ou na aparência, ou comprometam seu julgamento profissional.

51. Os auditores devem declarar impedimento nas situações que possam afetar o desempenho das suas atribuições e, em caso de dúvidas sobre potencial risco para a objetividade, devem buscar orientação junto aos responsáveis pela supervisão do trabalho ou à comissão de ética ou instância similar, conforme apropriado na organização.


52. Os auditores internos governamentais devem se abster de auditar operações específicas com as quais estiveram envolvidos nos últimos 24 meses, quer na condição de gestores, quer em decorrência de vínculos profissionais, comerciais, pessoais, familiares ou de outra natureza, mesmo que tenham executado atividades em nível operacional.

53. Os auditores internos governamentais podem prestar serviços de consultoria sobre operações que tenham avaliado anteriormente ou avaliar operações sobre as quais tenham prestado prévio serviço de consultoria, desde que a natureza da consultoria não prejudique a objetividade e que a objetividade individual seja gerenciada na alocação de recursos para o trabalho. Qualquer trabalho deve ser recusado caso existam potenciais prejuízos à autonomia técnica ou à objetividade.

54. Como pressuposto da objetividade, as comunicações decorrentes dos trabalhos de auditoria devem ser precisas, e as conclusões e opiniões sobre os fatos ou situações examinadas devem estar respaldadas por critérios e evidências adequados e suficientes.

#### Sigilo Profissional

55. As informações e recursos públicos somente devem ser utilizados para fins oficiais.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 20	
--------	---	---------	---

É vedada e compromete a credibilidade da atividade de auditoria interna a utilização de informações relevantes ou potencialmente relevantes, obtidas em decorrência dos trabalhos, em benefício de interesses pessoais, familiares ou de organizações pelas quais o auditor tenha qualquer interesse.

56. O auditor deve manter sigilo e agir com cuidado em relação a dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções. Ao longo da execução dos trabalhos, o sigilo deve ser mantido mesmo que as informações não estejam diretamente relacionadas ao escopo do trabalho.

57. O auditor interno governamental não deve divulgar informações relativas aos trabalhos desenvolvidos ou a serem realizados ou repassá-las a terceiros sem prévia anuência da autoridade competente.

58. As comunicações sobre os trabalhos de auditoria devem sempre ser realizadas em nível institucional e contemplar todos os fatos materiais de conhecimento do auditor que, caso não divulgados, possam distorcer o relatório apresentado sobre as atividades objeto da avaliação.

### **Proficiência e Zelo Profissional**

59. Proficiência e zelo profissional estão associados aos conhecimentos, habilidades e cuidados requeridos do auditor interno governamental para proporcionar razoável segurança acerca das opiniões emitidas pela UAIG. Tem-se como pressupostos que a atividade de auditoria deve ser realizada com proficiência e com zelo profissional devido, em conformidade com este Referencial Técnico e demais normas aplicáveis.


#### **Proficiência**

60. A proficiência é um termo coletivo que diz respeito à capacidade dos auditores internos governamentais de realizar os trabalhos para os quais foram designados. Os auditores devem possuir e manter o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades individuais.

61. Os auditores internos governamentais, em conjunto, devem reunir qualificação e conhecimentos necessários para o trabalho. São necessários conhecimentos suficientes sobre técnicas de auditoria; identificação e mitigação de riscos; conhecimento das normas aplicáveis; entendimento das operações da Unidade Auditada; compreensão e experiência acerca da auditoria a ser realizada; e habilidade para exercer o julgamento profissional devido.

62. Os auditores internos governamentais devem possuir conhecimentos suficientes sobre os principais riscos de fraude, sobre riscos e controles de tecnologia da informação e sobre as técnicas de auditoria baseadas em tecnologias disponíveis para a execução dos trabalhos a eles designados.

63. As UAIG e os auditores internos governamentais devem zelar pelo aperfeiçoamento de seus conhecimentos, habilidades e outras competências, por meio do desenvolvimento profissional contínuo.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 21	
--------	---	---------	---

64. O Responsável pela UAIG deve declinar de trabalho específico ou solicitar opinião técnica especializada por meio de prestadores de serviços externos, a exemplo de perícias e pareceres, caso os auditores internos não possuam, e não possam obter tempestiva e satisfatoriamente, os conhecimentos, as habilidades ou outras competências necessárias à realização de todo ou de parte de um trabalho de auditoria. Os trabalhos desenvolvidos por especialistas externos devem ser apropriadamente supervisionados pela UAIG.

#### Zelo Profissional

65. O zelo profissional se refere à atitude esperada do auditor interno governamental na condução dos trabalhos e nos resultados obtidos. O auditor deve deter as habilidades necessárias e adotar o cuidado esperado de um profissional prudente e competente, mantendo postura de ceticismo profissional; agir com atenção; demonstrar diligência e responsabilidade no desempenho das tarefas a ele atribuídas, de modo a reduzir ao mínimo a possibilidade de erros; e buscar atuar de maneira precipuamente preventiva.

66. O zelo profissional se aplica a todas as etapas dos trabalhos de avaliação e de consultoria. O planejamento deve levar em consideração a extensão e os objetivos do trabalho, as expectativas do cliente, a complexidade, a materialidade ou a significância relativa dos assuntos sobre os quais os testes serão aplicados e deve prever a utilização de auditoria baseada em tecnologia e outras técnicas de análise adequadas.


67. O auditor interno governamental deve considerar a adequação e a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada, a probabilidade de ocorrência de erros, fraudes ou não conformidades significativas, bem como o custo da avaliação e da consultoria em relação aos potenciais benefícios.

68. Os auditores internos governamentais devem estar alerta aos riscos significativos que possam afetar os objetivos, as operações ou os recursos da Unidade Auditada. Entretanto, deve-se ter em mente que os testes isoladamente aplicados, mesmo quando realizados com o zelo profissional devido, não garantem que todos os riscos significativos sejam identificados.

## CAPÍTULO IV

### GERENCIAMENTO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

69. A UAIG deve ser gerenciada eficazmente, com o objetivo de assegurar que a atividade de auditoria interna governamental adicione valor à Unidade Auditada e às políticas públicas sob sua responsabilidade, fomentando a melhoria dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da gestão.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 22	
--------	---	---------	---

## Seção I

### Objetivos dos Trabalhos

70. A atividade de auditoria interna governamental deve ser realizada de forma sistemática, disciplinada e baseada em risco, devendo ser estabelecidos, para cada trabalho, objetivos que estejam de acordo com o propósito da atividade de auditoria interna e contribuam para o alcance dos objetivos institucionais e estratégias da Unidade Auditada.

#### Governança

71. A UAIG deve avaliar e, quando necessário, recomendar a adoção de medidas apropriadas para a melhoria do processo de governança da Unidade Auditada no cumprimento dos seguintes objetivos:

- a) promover a ética e os valores apropriados no âmbito da Unidade Auditada;
- b) assegurar o gerenciamento eficaz do desempenho organizacional e accountability;
- c) comunicar as informações relacionadas aos riscos e aos controles às áreas apropriadas da Unidade Auditada; e
- d) coordenar as atividades e a comunicação das informações entre o conselho, se houver, os auditores externos e internos e a Administração.


72. A atividade de auditoria interna deve, ainda, avaliar o desenho, implantação e a eficácia dos objetivos, programas e atividades da Unidade Auditada relacionados à ética e se a governança de tecnologia da informação provê suporte às estratégias e objetivos da organização.

#### Gerenciamento de Riscos

73. O processo de gerenciamento dos riscos é responsabilidade da alta administração e do conselho, se houver, e deve alcançar toda a organização, contemplando a identificação, a análise, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos a que a Unidade Auditada está exposta.

74. Compete à UAIG avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria do processo de gerenciamento de riscos da Unidade Auditada, observando se, nesse processo:

- a) riscos significativos são identificados e avaliados;
- b) respostas aos riscos são estabelecidas de forma compatível com o apetite a risco da Unidade Auditada; e

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 23	
--------	---	---------	---

c) informações sobre riscos relevantes são coletadas e comunicadas de forma oportuna, permitindo que os responsáveis cumpram com as suas obrigações.

75. A UAIG deve avaliar, em especial, as exposições da Unidade Auditada a riscos relacionados à governança, às atividades operacionais e aos sistemas de informação. Nessa avaliação, deve ser analisado se há comprometimento:

- a) do alcance dos objetivos estratégicos;
- b) da confiabilidade e da integridade das informações;
- c) da eficácia e da eficiência das operações e programas;
- d) da salvaguarda de ativos; e

e) da conformidade dos processos e estruturas com leis, normas e regulamentos internos e externos.

76. O auditor interno governamental deve buscar identificar potenciais riscos de fraude e verificar se a organização possui controles para tratamento desses riscos.

77. A UAIG poderá prestar serviços de consultoria com o propósito de auxiliar a Unidade Auditada na identificação de metodologias de gestão de riscos e de controles, todavia, os auditores internos governamentais não podem participar efetivamente do gerenciamento dos riscos, cuja responsabilidade é exclusiva da Unidade Auditada.


78. A UAIG deverá promover ações de sensibilização, capacitação e orientação da alta administração e dos gestores em relação ao tema, especialmente enquanto a Unidade Auditada não possuir um processo de gerenciamento de riscos.

#### Controles Internos da Gestão

79. A UAIG deve auxiliar a Unidade Auditada a manter controles efetivos, a partir da avaliação sobre se eles são identificados, aplicados e efetivos na resposta aos riscos. Ainda nesta linha de auxílio, deve avaliar se a alta administração possui consciência de sua responsabilidade pela implementação e melhoria contínua desses controles, pela exposição a riscos internos e externos, comunicação e pela aceitação de riscos.

80. A avaliação da adequação e eficácia dos controles internos implementados pela gestão em resposta aos riscos, inclusive no que se refere à governança, às operações e aos sistemas de informação da Unidade Auditada, deve contemplar:

- a) o alcance dos objetivos estratégicos;
- b) a confiabilidade e integridade das informações;

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 24	
--------	---	---------	---

- c) a eficácia e eficiência das operações e programas;
- d) a salvaguarda dos ativos; e
- e) a conformidade com leis, regulamentos, políticas e procedimentos internos e externos.

81. Nos trabalhos de avaliação dos controles internos da gestão, o planejamento da auditoria deve ser elaborado com a identificação do escopo e a seleção de testes que permitam a obtenção de evidência adequada e suficiente sobre a existência e funcionamento do processo de controle na organização, considerados os conhecimentos adquiridos em decorrência de outros trabalhos de avaliação e de consultoria realizados na Unidade Auditada.

82. A avaliação dos controles internos da gestão deve considerar os seguintes componentes: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento.

## **Seção II**

### **Planejamento, Comunicação e Aprovação do Plano de Auditoria Interna**

83. O Responsável pela UAIG deve estabelecer um plano baseado em riscos para determinar as prioridades da auditoria, de forma consistente com objetivos e metas institucionais da Unidade Auditada.


#### **Planejamento**

84. A definição do Plano de Auditoria Interna é a etapa de identificação dos trabalhos a serem realizados prioritariamente pela UAIG em um determinado período de tempo. O planejamento deve considerar as estratégias, os objetivos, as prioridades, as metas da Unidade Auditada e os riscos a que seus processos estão sujeitos. O resultado é um plano de auditoria interna baseado em riscos.

85. A UAIG deve realizar a prévia identificação de todo o universo auditável e considerar as expectativas da alta administração e demais partes interessadas em relação à atividade de auditoria interna para a elaboração do Plano de Auditoria Interna, bem como, a análise de riscos realizada pela Unidade Auditada por meio do seu processo de gerenciamento de riscos.

86. Caso a Unidade Auditada não tenha instituído um processo formal de gerenciamento de riscos, a UAIG deve se comunicar com a alta administração, de forma a coletar informações sobre suas expectativas e obter entendimento dos principais processos e dos riscos associados. Com base nessas informações, a UAIG deverá elaborar seu Plano de Auditoria Interna, priorizando os processos ou unidades organizacionais de maior risco.



CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 25	
--------	---	---------	---

87. Os auditores internos governamentais devem considerar em seu planejamento os conhecimentos adquiridos em decorrência dos trabalhos de avaliação e consultoria realizados sobre os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da gestão.

88. O Plano de Auditoria Interna deve considerar a necessidade de rodízio de ênfase sobre os objetos auditáveis, evitando o acúmulo dos trabalhos de auditoria sobre um mesmo objeto, de forma a permitir que objetos considerados de menor risco também possam ser avaliados periodicamente.

89. A avaliação de riscos que subsidie a elaboração do Plano de Auditoria Interna da UAIG deve ser discutida com a alta administração e documentada, pelo menos, anualmente.

90. As UAIG devem estabelecer canal permanente de comunicação com as áreas responsáveis pelo recebimento de denúncias da Unidade Auditada e de outras instâncias públicas que detenham essa atribuição, de forma a subsidiar a elaboração do planejamento e a realização dos trabalhos de auditoria interna.

91. Ao considerar a aceitação de trabalhos de consultoria e a sua incorporação ao Plano de Auditoria Interna, o Responsável pela UAIG deve avaliar se os resultados desses trabalhos contribuem para a melhoria aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada.


92. O planejamento da UAIG deve ser flexível, considerando a possibilidade de mudanças no contexto organizacional da Unidade Auditada, a exemplo de alterações no planejamento estratégico, revisão dos objetivos, alterações significativas nas áreas de maior risco ou mesmo alterações de condições externas.

#### Comunicação e Aprovação

93. O Plano de Auditoria Interna dos Órgãos Setoriais do SCI, e suas eventuais alterações, devem ser encaminhados anualmente ao Órgão Central do SCI para exercício da supervisão técnica.

94. A proposta de Plano de Auditoria Interna das unidades setoriais do SCI e das Audin, e suas eventuais alterações, devem ser encaminhadas às Ciset ou à CGU, conforme o caso, de forma a possibilitar a harmonização do planejamento, racionalizar a utilização de recursos e evitar a sobreposição de trabalhos.

95. A CGU e as Ciset devem se manifestar sobre os Planos de Auditoria Interna recebidos e recomendar, quando necessária, a inclusão ou a exclusão de trabalhos específicos. A ausência de manifestação tempestiva não impede a adoção, por parte das Audin, das providências necessárias à aprovação interna do planejamento.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 26	
--------	---	---------	---

96. O Plano de Auditoria Interna das Audin, com a respectiva previsão dos recursos necessários à sua implementação, deve ser encaminhado, ao menos uma vez por ano, para aprovação pela alta administração e pelo conselho, se houver, assim como as mudanças significativas que impactem o planejamento inicial.

97. Após finalizados os trâmites de elaboração e aprovação do Plano de Auditoria Interna, as Audin deverão dar ciência de sua versão final à CGU ou à Ciset, conforme o caso.

98. A CGU e as Ciset devem considerar o planejamento das Audin e unidades setoriais do SCI, conforme o caso, como insumo para elaboração do seu Plano de Auditoria Interna, o qual deverá ser igualmente comunicado a essas unidades, de forma a estabelecer um ambiente de cooperação e harmonia, exceto os casos que possam comprometer sua efetividade.

99. Os órgãos integrantes do SCI devem comunicar seu Plano de Auditoria Interna às respectivas Unidades Auditadas.

#### Gerenciamento de Recursos

100. O Responsável pela UAIG deve zelar pela adequação e disponibilidade dos recursos necessários (humanos, financeiros e tecnológicos) para o cumprimento do Plano de Auditoria Interna. Para isso, os recursos devem ser:

- a) suficientes: em quantidade necessária para a execução dos trabalhos;
- b) apropriados: que reúnam as competências, habilidades e conhecimentos técnicos requeridos pela auditoria; e
- c) eficazmente aplicados: utilizados de forma a atingir os objetivos do trabalho.


#### Políticas, Procedimentos e Coordenação

101. As UAIG devem estabelecer procedimentos e políticas para a orientação dos trabalhos de auditoria, cujo enfoque e formato podem variar conforme a estrutura da unidade.

102. O Responsável pela UAIG deve compartilhar informações e coordenar as atividades da unidade com outras instâncias prestadoras de serviços de avaliação e consultoria, tais como outras UAIG com competência concorrente, órgãos de controle externo ou de defesa do patrimônio público ou colaboradores de outros órgãos ou entidades públicas que atuem na função de especialistas.

#### Reporte para a Alta Administração e o Conselho

103. O Responsável pela UAIG deve comunicar periodicamente o desempenho da atividade de auditoria interna governamental à alta administração e ao conselho, se houver.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 27	
--------	---	---------	---

As comunicações devem contemplar informações sobre:

- a) o propósito, a autoridade e a responsabilidade da UAIG;
- b) a comparação entre os trabalhos realizados e o planejamento aprovado;
- c) recomendações não atendidas que representem riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada; e
- d) a exposição a riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada.

104. As Ciset encaminharão ao Órgão Central do SCI, e as Audin e unidades setoriais encaminharão à CGU ou à Ciset com que atuam concorrentemente, informações sobre a execução o Plano de Auditoria Interna, de modo a possibilitar o exercício da supervisão técnica.

### **Seção III**

#### **Gestão e Melhoria da Qualidade**


105. A gestão da qualidade promove uma cultura que resulta em comportamentos, atitudes e processos que proporcionam a entrega de produtos de alto valor agregado, atendendo às expectativas das partes interessadas. A gestão da qualidade é responsabilidade de todos os auditores internos, sob a liderança do Responsável pela UAIG.

106. A UAIG deve instituir e manter um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) o que contemple toda a atividade de auditoria interna governamental, desde o seu gerenciamento até o monitoramento das recomendações emitidas, tendo por base os requisitos estabelecidos por este Referencial Técnico, os preceitos legais aplicáveis e as boas práticas nacionais e internacionais relativas ao tema.

107. O programa deve prever avaliações internas e externas, orientadas para a avaliação da qualidade e a identificação de oportunidades de melhoria.

108. As avaliações internas devem incluir o monitoramento contínuo do desempenho da atividade de auditoria interna e autoavaliações ou avaliações periódicas realizadas por outras pessoas da organização com conhecimento suficiente das práticas de auditoria interna governamental.

109. As avaliações externas devem ocorrer, no mínimo, uma vez a cada cinco anos, e ser conduzidas por avaliador, equipe de avaliação ou outra UAIG qualificados e independentes, externos à estrutura da UAIG. As avaliações previstas neste item podem ser realizadas por meio de

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 28	
--------	---	---------	---

autoavaliação, desde que submetida a uma validação externa independente. Em todos os casos, é vedada a realização de avaliações recíprocas.

110. As Avaliações internas e externas poderão ser conduzidas com base em estruturas ou metodologias já consolidadas.

111. A UAIG deve definir a forma, a periodicidade e os requisitos das avaliações externas, bem como, as qualificações mínimas exigidas dos avaliadores externos, incluídos os critérios para evitar conflito de interesses.

112. Cabe ao Responsável pela UAIG comunicar periodicamente os resultados do PGMQ à alta administração e ao conselho, se houver. As comunicações devem conter os resultados das avaliações internas e externas, as fragilidades encontradas que possam comprometer a qualidade da atividade de auditoria interna e os respectivos planos de ação corretiva, se for o caso.

113. A UAIG somente poderá declarar conformidade com os preceitos deste Referencial Técnico e com normas internacionais que regulamentam a prática profissional de auditoria interna se o PGMQ sustentar essa afirmação.

114. Os casos de não conformidade com este Referencial Técnico que impactem o escopo geral ou a operação da atividade de auditoria interna devem ser comunicados pelo Responsável pela UAIG à alta administração, ao conselho, se houver, e à respectiva unidade responsável pela supervisão técnica, para estabelecimento de ações destinadas ao saneamento das inconformidades relatadas.


115. Os trabalhos de especialistas externos devem ser avaliados de acordo com os critérios de conformidade e de qualidade estabelecidos no PGMQ, o que não dispensa o estabelecimento de critérios específicos para a aceitação e incorporação das conclusões emitidas por tais especialistas aos trabalhos da UAIG.

## **CAPÍTULO V**

### **OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA**

116. A execução das atividades previstas no Plano de Auditoria Interna deve contemplar, em cada caso, as etapas de planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento. O Responsável pela UAIG deve garantir, em todas as etapas dos trabalhos, a existência de adequada supervisão, com a finalidade de assegurar o atingimento dos objetivos do trabalho e a qualidade dos produtos.

117. As atividades de auditoria interna serão executadas por auditores da própria UAIG, ou caso seja necessário para assegurar as competências coletivas da equipe para a realização do trabalho, com a participação de auditores governamentais externos à UAIG.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 29	
--------	---	---------	---

118. O Responsável pela UAIG deve designar, para cada trabalho, equipe composta por auditores internos governamentais que possuam, coletivamente, a proficiência necessária para realizar a auditoria com êxito.

## Seção I

### Planejamento dos Trabalhos de Auditoria


119. Os auditores devem desenvolver e documentar um planejamento para cada trabalho a ser realizado, o qual deve estabelecer os principais pontos de orientação das análises a serem realizadas, incluindo, entre outras, informações acerca dos objetivos do trabalho, do escopo, das técnicas a serem aplicadas, das informações requeridas para os exames, do prazo de execução e da alocação dos recursos ao trabalho. A qualidade do planejamento requer a alocação de tempo e recursos suficientes para sua elaboração.

#### Considerações sobre o Planejamento dos Trabalhos

120. Devem ser considerados, no planejamento todos os aspectos relevantes para o trabalho, especialmente:

- a) os objetivos e as estratégias da Unidade Auditada e os meios pelos quais o seu desempenho é monitorado;
- b) os riscos significativos a que a Unidade Auditada está exposta e as medidas de controle pelas quais a probabilidade e o impacto potencial dos riscos são mantidos em níveis aceitáveis;
- c) a adequação e a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada, comparativamente a uma estrutura ou modelo compatível e as oportunidades de se promover melhorias significativas em seus processos com eventual eliminação de controles ineficazes, contribuindo para o ganho de eficiência e melhoria dos serviços e produtos entregues; e
- d) a oportunidade de realização do trabalho em face da existência de dados e informações confiáveis, a disponibilidade de auditores com conhecimentos e habilidades específicas e a inexistência de impedimentos para a execução.

121. Devem ser determinados os recursos apropriados e suficientes para cumprir os objetivos do trabalho de auditoria, tendo por base uma avaliação da natureza e da complexidade de cada trabalho, os riscos e o grau de confiança depositado pelo auditor nas medidas tomadas pela administração para mitigá-los, as restrições de tempo e de recursos disponíveis, bem como a eventual necessidade de recursos externos, neste último quando requeridos conhecimentos e competências adicionais não disponíveis na UAIG.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 30	
--------	---	---------	---

122. O planejamento da auditoria deve considerar as seguintes atividades, entre outras consideradas relevantes pela equipe, que devem ser devidamente documentadas:

- a) análise preliminar do objeto da auditoria;
- b) definição do objetivo e do escopo do trabalho, considerando os principais riscos existentes e a adequação e suficiência dos mecanismos de controle estabelecidos;
- c) elaboração do programa de trabalho;
- d) alocação da equipe de auditoria, consideradas as necessidades do trabalho, o perfil dos auditores e o tempo previsto para a realização dos exames; e
- e) designação do auditor responsável pela coordenação dos trabalhos.

123. Os aspectos centrais do trabalho de auditoria devem ser analisados, compreendidos e compartilhados pelos membros da equipe durante a fase de planejamento.


124. Ao planejar um trabalho a ser executado de forma compartilhada, as unidades de auditoria envolvidas devem estabelecer entendimento por escrito dos objetivos, do escopo, das responsabilidades e de outras expectativas, incluindo eventuais restrições à distribuição dos resultados do trabalho e ao acesso aos seus registros.

125. Nos trabalhos de consultoria deve ser estabelecido prévio entendimento com a Unidade Auditada quanto às expectativas, aos objetivos e ao escopo do trabalho, às responsabilidades e à forma de monitoramento das recomendações eventualmente emitidas. Esse entendimento deve ser adequadamente documentado.

#### Análise Preliminar do Objeto da Auditoria

126. Os auditores internos devem coletar e analisar dados e informações sobre a Unidade Auditada, com o intuito de obter conhecimento suficiente sobre seu propósito, funcionamento, principais riscos e medidas tomadas pela administração para mitigá-los, de forma a estabelecer os objetivos dos trabalhos, os exames a serem realizados e os recursos necessários para a realização da auditoria.

127. Constituem fontes de informação passíveis de serem consideradas na análise preliminar, entre outros, interação com os gestores e especialistas, legislação, regimento interno, sistemas informatizados, registros e informações operacionais e financeiras, manuais operacionais, reportes do gerenciamento de riscos, resultados de auditorias anteriores, notícias veiculadas na mídia, denúncias e representações e ações judiciais eventualmente existentes.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 31	
--------	---	---------	---

### Objetivos do Trabalho de Auditoria

128. Para cada trabalho de auditoria a ser realizado, devem ser estabelecidos objetivos específicos, a fim de delimitar o propósito, a abrangência, a extensão dos exames.

129. Ao desenvolver os objetivos do trabalho, os auditores devem considerar a probabilidade de erros significativos, fraudes, não conformidades e outras exposições a riscos a que a Unidade Auditada esteja sujeita.

130. Nos trabalhos de avaliação, os auditores devem conduzir uma análise preliminar dos principais riscos e das medidas de controles existentes, considerando o entendimento obtido sobre a Unidade Auditada e os objetivos do trabalho, refletindo nos tipos de testes a serem realizados e sua extensão.

131. Devem ser selecionados critérios adequados para avaliar a governança, o gerenciamento de riscos e os controles internos da gestão, os quais podem ser extraídos de várias fontes de informação, incluindo leis, regulamentos, princípios, políticas internas e boas práticas.

Os critérios de avaliação a serem utilizados devem ser previamente apresentados e discutidos com os gestores das Unidades Auditadas.

132. Os auditores internos governamentais devem verificar se a Unidade Auditada estabeleceu critérios internos adequados para aferir se os objetivos e as metas da gestão têm sido alcançados. Se os critérios forem adequados, devem ser utilizados no trabalho de auditoria; se inadequados, os auditores internos governamentais devem identificar critérios apropriados, em discussão com os responsáveis pela gestão.

133. Para os serviços de consultoria, os objetivos dos trabalhos devem abordar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos na extensão previamente acordada e devem ser consistentes com valores, estratégias e objetivos da Unidade Auditada.


### Escopo do Trabalho de Auditoria

134. O escopo estabelecido deve ser suficiente para alcançar os objetivos definidos para o trabalho e compreender uma declaração clara do foco, da extensão e dos limites da auditoria.

135. A UAIG poderá utilizar trabalhos de auditoria elaborados por outra UAIG, por órgão de controle externo ou entidade de auditoria privada como subsídio para a definição do escopo do trabalho.

Nesse caso, deve ser observado se:

a) a natureza, os objetivos, o período e a extensão desses trabalhos são compatíveis com o trabalho da auditoria interna que está sendo planejado;

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 32	
--------	---	---------	---

b) a auditoria foi realizada com base em riscos; e

c) os trabalhos foram realizados em conformidade com os preceitos deste Referencial Técnico e de outras normas aplicáveis ao trabalho.

136. Nos trabalhos de avaliação, devem ser incluídas no escopo considerações sobre sistemas, registros, pessoal e propriedades físicas relevantes, inclusive se estiverem sob o controle de terceiros.

137. Nos trabalhos de consultoria, os auditores internos devem assegurar que o escopo do trabalho seja suficiente para alcançar os objetivos previamente acordados, zelando para que eventuais alterações ou restrições quanto ao escopo sejam apropriadamente discutidas e acordadas com a Unidade Auditada.

#### Programa de Trabalho

138. O programa de trabalho deve ser documentado e prever os procedimentos necessários para responder aos objetivos específicos da auditoria.

139. Nos trabalhos de avaliação, o programa de trabalho deve conter as questões de auditoria formuladas, os critérios adotados, as técnicas, a natureza e a extensão dos testes necessários para identificar, analisar, avaliar e documentar as informações durante a execução do trabalho de modo a permitir a emissão de opinião.

140. Nos serviços de consultoria, o programa de trabalho pode variar na forma e no conteúdo de acordo com a natureza do trabalho.

141. O programa de trabalho e os eventuais ajustes posteriores realizados devem ser adequadamente documentados e previamente aprovados pelo supervisor da auditoria.

## Seção II


### Desenvolvimento dos Trabalhos de Auditoria

142. O desenvolvimento dos trabalhos contempla as etapas de execução dos testes de auditoria, análise e avaliação e documentação, que devem ser apropriadamente supervisionadas com a finalidade de cumprir os objetivos do trabalho de auditoria.

#### Execução do Trabalho de Auditoria

143. Durante a execução dos trabalhos, os auditores internos governamentais devem executar os testes definidos no programa de trabalho, com a finalidade de identificar informações suficientes, confiáveis, relevantes e úteis.



CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 33	
--------	---	---------	---

144. Para a execução adequada dos trabalhos, os auditores internos governamentais devem ter livre acesso a todas as dependências da Unidade Auditada, assim como a seus servidores ou empregados, informações, processos, bancos de dados e sistemas. Eventuais limitações de acesso devem ser comunicadas, de imediato e por escrito, à alta administração ou ao conselho, se houver, com solicitação de adoção das providências necessárias à continuidade dos trabalhos de auditoria.

145. Ao iniciar os trabalhos de campo, a equipe de auditoria deve apresentar à Unidade Auditada o objetivo, a natureza, a duração, a extensão e a forma de comunicação dos resultados do trabalho.

146. A aceitação de trabalhos de consultoria decorrentes de oportunidades identificadas no decurso de um trabalho de avaliação depende de prévia inclusão no Plano de Auditoria Interna da UAIG.

147. Durante a realização dos trabalhos de consultoria, os auditores internos devem analisar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos de forma consistente com os objetivos do trabalho, mantendo-se atentos à existência de pontos significativos que devam ser considerados e comunicados à alta administração e ao conselho, se houver.

#### Análise e Avaliação


148. Os auditores internos governamentais devem analisar e avaliar as informações identificadas a partir da aplicação apropriada de técnicas e testes, comparando-as com os critérios levantados na fase de planejamento do trabalho, a fim de obter conclusões que permitam a formação de opinião fundamentada.

149. A equipe de auditoria deve informar e discutir com a alta administração da Unidade Auditada os achados que indicarem a existência de falhas relevantes, devendo ser concedido prazo para sua manifestação formal, com a finalidade de assegurar a oportunidade de apresentação de esclarecimentos, avaliações ou informações adicionais que contribuam para o entendimento dos fatos ou para a construção de soluções.

#### Documentação das Informações

150. Devem ser documentadas em papéis de trabalho as análises realizadas e as evidências produzidas ou coletadas pelos auditores internos governamentais em decorrência dos exames. As evidências devem estar organizadas e referenciadas apropriadamente e constituir informações suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a suportar as conclusões expressas na comunicação dos resultados dos trabalhos.

151. Os papéis de trabalho devem ser organizados de forma a permitir a identificação dos responsáveis por sua elaboração e revisão. A revisão dos papéis de trabalho deve ser realizada com a finalidade de assegurar que o trabalho foi desenvolvido com consistência técnica, que seguiu o

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 34	
--------	---	---------	---

planejamento estipulado e que as conclusões e os resultados da auditoria estão adequadamente documentados.

152. Cabe ao Responsável pela UAIG definir procedimentos relativos à estrutura e à organização, bem como, a política de armazenamento de papéis de trabalho, preferencialmente em meio digital.

153. Independente do meio utilizado para a guarda dos papéis de trabalho, devem ser asseguradas a preservação e a rastreabilidade desses registros.

154. As políticas de concessão de acesso aos papéis de trabalho devem:

a) indicar as partes internas ou externas à UAIG que podem ter acesso aos registros e como eventuais solicitações de acesso devem ser tratadas;

b) considerar a necessidade de manutenção do sigilo das informações, de acordo com os preceitos legais; e

c) ser submetidas à apreciação da assessoria jurídica e à aprovação da alta administração do órgão ou entidade ao qual a UAIG está vinculada.

#### Supervisão dos Trabalhos de Auditoria

155. Os trabalhos de auditoria interna devem ser adequadamente supervisionados, de forma a assegurar o alcance dos objetivos, a consistência dos julgamentos profissionais significativos realizados no decorrer do trabalho e a qualidade dos produtos da auditoria.

156. O Responsável pela UAIG tem a responsabilidade geral pela supervisão dos trabalhos, a qual poderá ser delegada, sem prejuízo de sua responsabilidade, a integrantes do quadro funcional da UAIG com conhecimentos técnicos e experiência suficientes.


157. A supervisão deve ser exercida durante todo o trabalho, desde o planejamento até o monitoramento das recomendações emitidas, e deve incluir:

a) a garantia da proficiência da equipe;

b) o fornecimento de instruções apropriadas à equipe durante o planejamento do trabalho de auditoria e a aprovação do programa de trabalho;

c) a garantia de que o programa de trabalho aprovado seja cumprido e que eventuais alterações sejam devidamente autorizadas;

d) a confirmação de que os papéis de trabalho suportam adequadamente as observações, as conclusões e as recomendações do trabalho;

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 35	
--------	---	---------	---

e) a segurança de que as comunicações do trabalho sejam precisas, objetivas, claras, concisas, construtivas, completas e tempestivas; e

f) a segurança de que os objetivos do trabalho de auditoria sejam alcançados.

158. A intensidade da supervisão deve variar conforme a proficiência e a experiência dos auditores internos governamentais e da complexidade do trabalho de auditoria.

159. Em auditorias com equipe composta por auditores de mais de uma UAIG, o processo de supervisão pode ser compartilhado entre os responsáveis pelas unidades de auditoria envolvidas, conforme definição das responsabilidades pelo trabalho realizado na fase de planejamento.

160. O Responsável pela UAIG deve estabelecer políticas e procedimentos destinados a assegurar que a supervisão dos trabalhos seja realizada e documentada, devendo ser estabelecidos mecanismos para a uniformização de entendimentos decorrentes dos julgamentos profissionais individuais.

### **Seção III**

#### **Comunicação dos Resultados**

161. A comunicação dos resultados dos trabalhos de auditoria deve ter como destinatária principal a alta administração da Unidade Auditada, sem prejuízo do endereçamento de comunicações às demais partes interessadas, como os órgãos de controle externo e a sociedade.

162. A comunicação do trabalho representa o posicionamento da UAIG formado com base nas análises realizadas pela equipe de auditoria, as informações e esclarecimentos prestados pela gestão e as possíveis soluções discutidas com a Unidade Auditada.


163. As comunicações devem demonstrar os objetivos do trabalho, a extensão dos testes aplicados, as conclusões obtidas, as recomendações emitidas e os planos de ação propostos. As comunicações devem ser claras, completas, concisas, construtivas, objetivas, precisas e tempestivas.

164. A comunicação de resultado dos trabalhos de avaliação tem por objetivo apresentar a opinião e/ou conclusões dos auditores internos e deve:

a) considerar as expectativas e demais manifestações apresentadas no decurso dos trabalhos pela alta administração, pelo conselho, se houver e por outras partes interessadas;

b) estar suportada por informação suficiente, confiável, relevante e útil;

c) comunicar as conclusões sobre o desempenho da Unidade Auditada quanto aos aspectos avaliados, sendo este satisfatório ou insatisfatório; e

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 36	
--------	---	---------	---

d) apresentar recomendações que agreguem valor à Unidade Auditada e que, precipuamente, tratem as causas das falhas eventualmente identificadas.

165. As comunicações sobre o andamento e os resultados dos trabalhos de consultoria podem variar na forma e no conteúdo, conforme a natureza do trabalho e as necessidades da Unidade Auditada.

166. A UAIG deve comunicar os resultados dos trabalhos por meio de relatórios ou outros instrumentos admitidos em normas de comunicação oficial federal, outras normas aplicáveis e boas práticas de auditoria interna, devendo, em qualquer caso, observar os requisitos deste Referencial Técnico.

167. No caso da existência de não conformidades com as diretrizes estabelecidas neste Referencial Técnico que tenham impacto nos resultados de um trabalho específico, a comunicação dos resultados deve divulgar o objeto, as razões e o impacto da não conformidade sobre o trabalho de auditoria e sobre os resultados do trabalho comunicados.

#### Divulgação dos Resultados

168. A comunicação final dos resultados dos trabalhos das UAIG deve ser publicada na Internet, como instrumento de accountability da gestão pública e de observância ao princípio da publicidade consignado na Constituição Federal, excetuando-se os trabalhos realizados por Audin que atuam em órgãos ou entidades que desempenham atividades econômicas, comerciais ou regulatórias.


169. Antes da publicação do relatório, a Unidade Auditada deve ser consultada sobre a existência de informação sigilosa tratada na comunicação final dos resultados, conforme requisitos estabelecidos pela legislação em vigor.

170. No caso de trabalhos realizados sob sigredo de justiça ou que envolvam informações sigilosas, podem ser estabelecidas restrições sobre divulgação de informações relativas ao trabalho, tanto na interlocução com a Unidade Auditada quanto na comunicação e na publicação dos resultados.

171. Se uma comunicação final emitida contiver erro ou omissão significativa, o responsável pela UAIG deve comunicar a informação correta a todas as partes que tenham recebido a comunicação original e providenciar para que a versão anteriormente publicada seja atualizada.

#### Opiniões gerais

172. O responsável pela UAIG pode abordar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da gestão da Unidade Auditada de uma forma ampla, considerando a organização como um todo, a partir da emissão de uma opinião geral.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 37	
--------	---	---------	---

173. A opinião geral deve ser emitida com base em um conjunto suficiente de trabalhos individuais de auditoria realizados durante um intervalo específico de tempo e deve estar respaldada em evidência de auditoria suficiente e apropriada. Quando a opinião geral for não favorável, devem ser expostas as razões para tal.

174. A emissão de opinião geral requer um adequado entendimento das estratégias, dos objetivos e dos riscos da Unidade Auditada e das expectativas da alta administração, do conselho, se houver, e de outras partes interessadas.

175. A comunicação de uma opinião geral deve incluir:

- a) o escopo, incluindo o período de tempo a que se refere a opinião, e suas limitações;
- b) uma consideração sobre os diversos trabalhos de auditoria individuais relacionados, incluindo aqueles realizados por outros provedores de avaliação;
- c) um resumo das informações que suportam a opinião;
- d) os riscos, a estrutura de controle ou outros critérios utilizados como base para a opinião geral; e
- e) a opinião geral alcançada.

#### **Seção IV**


##### **Monitoramento**

176. É responsabilidade da alta administração da Unidade Auditada zelar pela adequada implementação das recomendações emitidas pela UAIG, cabendo-lhe aceitar formalmente o risco associado caso decida por não realizar nenhuma ação.

177. A implementação das recomendações comunicadas à Unidade Auditada deve ser permanentemente monitorada pela UAIG, devendo essa atividade ser prevista no Plano de Auditoria Interna.

178. A intensidade do processo de monitoramento deve ser definida com base nos riscos envolvidos, na complexidade do objeto da recomendação e no grau de maturidade da Unidade Auditada.

179. As recomendações emitidas nos trabalhos de auditoria devem ser acompanhadas de forma dinâmica e independente do instrumento de comunicação que as originou, podendo ser alteradas ou canceladas durante a fase de monitoramento em decorrência de alterações no objeto da recomendação ou no contexto da Unidade Auditada. No caso de recomendações provenientes de trabalhos de consultoria, deve ser considerada a forma de monitoramento definida com a Unidade Auditada no planejamento dos trabalhos.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 38	
--------	---	---------	---

180. Se a UAIG concluir que a Unidade Auditada aceitou um nível de risco que pode ser inaceitável para a organização, o responsável pela UAIG deve discutir o assunto com a alta administração ou o conselho, se houver.

181. As UAIG devem adotar sistemática de quantificação e registro dos resultados e benefícios da sua atuação, adotando princípios e metodologia compatíveis com regulamentação pelo órgão central do SCI de modo a permitir consolidação.

## GLOSSÁRIO


**Accountability:** Obrigação dos agentes e das organizações que gerenciam recursos públicos de assumir integralmente as responsabilidades por suas decisões e pela prestação de contas de sua atuação de forma voluntária, inclusive sobre as consequências de seus atos e omissões.

**Adicionar Valor (Agregar Valor):** A atividade de auditoria interna agrega valor à organização (e às suas partes interessadas) quando proporciona avaliação objetiva e relevante e contribui para a eficácia e eficiência dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles.

**Alta Administração:** A alta administração representa o mais alto nível estratégico e decisório de um órgão ou entidade, seja ela parte da Administração Pública Federal Direta ou Indireta. Na Administração Pública Federal Direta, a alta administração é, em regra, composta pelos Ministros de Estado e pelos Secretários Nacionais; na Administração Indireta, são comuns as figuras dos Presidentes, Diretores- Presidentes e colegiados de Diretores. Todavia, para os efeitos deste Referencial Técnico, deve ser considerado como alta administração todo e qualquer responsável por tomar decisões de nível estratégico, independentemente da natureza da Unidade e das nomenclaturas utilizadas. São, portanto, as instâncias responsáveis pela governança, pelo gerenciamento de riscos e pelos controles internos da gestão, a quem a UAIG deve se reportar, por serem capazes de desenvolver uma visão de riscos de forma consolidada e definir o apetite a risco da organização, implementar as melhorias de gestão necessárias ao tratamento de riscos e dar efetividade às recomendações da UAIG. Nas Unidades Auditadas em que não exista a figura do conselho, a alta administração acumula as suas funções.

**Assessores e Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI):** Cargos singulares ou estruturas nos Ministérios dirigidas pelos Assessores Especiais de Controle Interno, a quem incumbe assessorar diretamente os Ministros de Estado nos assuntos de competência do controle interno, entre outras atribuições. Os AECI estão situados na segunda linha de defesa, pois assessoram a gestão a desenvolver processos e controles para gerenciar riscos e a supervisionar e monitorar controles.

**Atividade de auditoria interna governamental:** Atividade independente e objetiva de avaliação (assurance) e consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações das organizações públicas. A atividade de auditoria interna governamental está situada na terceira linha de defesa da

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 39	
--------	---	---------	---

gestão pública e tem como objetivo auxiliar uma organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles.

**Auditor interno governamental:** Servidor ou empregado público, civil ou militar, que exerce atividades de auditoria interna governamental, em uma Unidade de Auditoria Interna Governamental, cujas atribuições são alcançadas por este Referencial Técnico.


**Ceticismo profissional:** Postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.

**Componentes dos controles internos:** Consideram-se como componentes dos controles internos: a) o ambiente de controle - conjunto de normas, processos e estruturas que fornecem a base para a condução do controle interno da organização; b) avaliação de riscos - processo dinâmico e iterativo que visa a identificar, a analisar e a avaliar os riscos relevantes que possam comprometer a integridade da Unidade Auditada e o alcance das metas e dos objetivos institucionais; c) atividades de controle - conjunto de ações estabelecidas por meio de políticas e de procedimentos, que auxiliam a Unidade Auditada a mitigar os riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos e a salvaguarda de seus ativos; d) informação e comunicação - processo de obtenção e validação da consistência de informações sobre as atividades de controle interno e de compartilhamento que permite a compreensão da Unidade Auditada sobre as responsabilidades e a importância dos controles internos; e e) atividades de monitoramento - conjunto de ações destinadas a acompanhar e a avaliar a eficácia dos controles internos.

**Comunicações (atributos):** As comunicações da UAIG devem ser: a) claras: facilmente compreendidas e lógicas, sem linguagem técnica desnecessária e com todas as informações significativas e relevantes; b) completas: sem omissão de qualquer dado que seja essencial à compreensão dos resultados da auditoria e com todas as informações significativas e relevantes que dão suporte às conclusões e recomendações; c) concisas: diretas, que evitam a elaboração desnecessária, detalhes supérfluos, redundância e excesso de palavras; d) construtivas: úteis à Unidade Auditada e condutoras das melhorias necessárias à gestão; e) objetivas: apropriadas, imparciais e neutras, resultado de um julgamento justo e equilibrado de todos os fatos e circunstâncias relevantes; f) precisas: livres de erros e distorções e fiéis aos fatos fundamentais; e g) tempestivas: oportunas, permitindo à Unidade Auditada aplicar ações preventivas e corretivas apropriadas.

**Conflito de interesses:** Situação na qual o auditor interno governamental tem interesse profissional ou pessoal conflitante com o desempenho da auditoria, comprometendo sua objetividade. O conflito pode surgir antes ou durante o trabalho de auditoria e criar uma aparência de impropriedade que pode abalar a confiança no auditor, na UAIG, na Un Auditada ou na atividade de auditoria interna.

**Conselho:** Estrutura colegiada com poder decisório encarregada de gerir, em nível estratégico, as atividades e a administração de um órgão ou entidade da Administração Pública Federal, não se confundindo com conselhos e comissões de caráter opinativo.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 40	
--------	---	---------	---

Na Administração Pública Federal, a figura do conselho com poderes decisórios é mais comum na Administração Indireta. Normalmente, os conselhos são formados por representantes dos acionistas ou por um colegiado de diretores. Sua denominação pode variar de acordo com a organização, de modo que o enquadramento de um colegiado como "conselho" deve ser realizado com base nas suas atribuições e poderes legais e regimentais. Caso não exista na organização, suas atribuições são absorvidas pela alta administração.

**Controles internos da gestão:** Processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela alta administração, pelos gestores e pelo corpo de servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os seguintes objetivos gerais serão alcançados: a) execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações; b) cumprimento das obrigações de accountability; c) cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis; e d) salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e danos. O estabelecimento de controles internos no âmbito da gestão pública visa a essencialmente aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados, de forma eficaz, eficiente, efetiva e econômica.

**Fraude:** Quaisquer atos ilegais caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança. As fraudes são perpetradas por partes e organizações, a fim de se obter dinheiro, propriedade ou serviços; para evitar pagamento ou perda de serviços; ou para garantir vantagem pessoal ou em negócios.


**Gerenciamento de riscos:** Processo para identificar, analisar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização.

**Gestores:** Servidores ou empregados públicos, civis ou militares, ocupantes de cargo efetivo ou em comissão, que compõem o quadro funcional dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, responsáveis pela coordenação e pela condução dos processos e atividades da unidade, incluídos os processos de gerenciamento de riscos e controles.

**Governança:** Combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração, para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os seus objetivos. A governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

**Informações (atributos):** As evidências coletadas e as produzidas pelos auditores internos governamentais devem se constituir de informações: a) confiáveis: as melhores informações possíveis de serem obtidas através da utilização de técnicas de auditoria apropriadas; b) relevantes: dão suporte às observações e às recomendações do trabalho de auditoria e são consistentes com os objetivos do trabalho; c) suficientes: concretas, adequadas e convincentes, de forma que uma pessoa



CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 41	
--------	---	---------	---

prudente e informada chegaria às mesmas conclusões que o auditor interno governamental; e d) úteis: auxiliam a organização a atingir as suas metas.

**Objeto de auditoria:** Unidade, função, processo, sistema ou similar, sob a responsabilidade de uma Unidade Auditada, sobre a qual pode ser realizadas atividades avaliação ou consultoria pela UAIG.

**Programa de Trabalho de Auditoria:** Documento que relaciona os procedimentos a serem executados durante um trabalho de auditoria, desenvolvido para cumprir o planejamento do trabalho.

**Responsável pela Unidade de Auditoria Interna Governamental (Responsável pela UAIG):** Mais alto nível de gestão da UAIG, responsável pela conformidade da atuação da UAIG com o presente Referencial Técnico e com as demais normas e boas práticas aplicáveis à atividade de auditoria interna governamental, independentemente do exercício direto de suas atribuições ou de eventual delegação de competência. No SCI, ocupam tal posição: a) na CGU, o Secretário Federal de Controle Interno; b) nas Ciset, os respectivos Secretários de Controle Interno; e c) nas Audin, os Auditores-Chefes.

**Risco:** Possibilidade de ocorrer um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos da Unidade Auditada. Em geral, o risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.


**Serviços de avaliação:** Atividade de auditoria interna governamental que consiste no exame objetivo da evidência, com o propósito de fornecer ao órgão ou entidade da Administração Pública Federal uma avaliação tecnicamente autônoma e objetiva sobre o escopo da auditoria.

**Serviços de consultoria:** Atividade de auditoria interna governamental que consiste em assessoramento, aconselhamento e serviços relacionados, prestados em decorrência de solicitação específica do órgão ou entidade da Administração Pública Federal, cuja natureza e escopo são acordados previamente e que se destinam a adicionar valor e a aperfeiçoar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e a implementação de controles internos na organização, sem que o auditor interno governamental assuma qualquer responsabilidade que seja da administração da Unidade Auditada.

**Supervisão técnica:** Atividade exercida pelo Órgão Central do SCI e pelos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição. Desdobra-se por meio da normatização, da orientação, da capacitação e da avaliação do desempenho das unidades que compõem o SCI e das unidades auxiliares ao sistema, com a finalidade de harmonizar a atuação, promover a aderência a padrões técnicos de referência nacional e internacional e buscar a garantia da qualidade dos trabalhos realizados pelas UAIG.

A supervisão técnica não implica em subordinação hierárquica.

**Unidade Auditada:** Órgão ou entidade da Administração Pública Federal para o qual uma determinada UAIG tem a responsabilidade de contribuir com a gestão, por meio de atividades de avaliação e de consultoria. Para os fins deste Referencial Técnico, o termo Unidade Auditada, no


CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 42	
--------	---	---------	---

contexto dos trabalhos de avaliação e consultoria, também pode ser compreendido como macroprocesso, processo, unidade gestora ou objeto sobre o qual incide um trabalho de auditoria.

**Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG):** Unidade responsável pela prestação de serviços independentes e objetivos de avaliação e de consultoria, desenvolvidos para adicionar valor e melhorar as operações da organização e que reúna as prerrogativas de gerenciamento e de operacionalização da atividade de auditoria interna governamental no âmbito de um órgão ou entidade da Administração Pública Federal. Consideram-se UAIG as unidades integrantes do SCI e os órgãos auxiliares. As UAIG estão posicionadas na terceira linha de defesa do Poder Executivo Federal.

**Unidades de auditoria interna singulares (Audin):** Unidades de auditoria interna singulares vinculadas a órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta. Nos termos deste Referencial Técnico, o Denasus se equipara às Audin, sendo considerados como auxiliares do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

**Universo auditável:** Conjunto de objetos de auditoria passíveis de ser priorizados pela UAIG para a elaboração do Plano de Auditoria Interna.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 43	
--------	---	---------	---

## 2ª PARTE – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CCIEEx

### 1. Auditorias Especiais desenvolvidas no período de 13 de junho a 13 de julho de 2017

#### a. Instauração


UG: HMASP - APURAÇÃO: 2ª ICFEx	
INSTAURAÇÃO	BI/CCIEEx nº 045, de 20 Jun 17
ORIGEM	DIEEx nº 315-S2/2ª ICFEx, datado de 12 de maio de 2017, da 2ª ICFEx.
OBJETO	Determino a instauração de uma Auditoria Especial (Portaria nº 813-Cmt Ex, de 28 SET 12) no Hospital de Área de São Paulo (HMASP) – Unidade Gestora 160495 - com o fito de verificar a legalidade da contratação processada por meio da nota de empenho 2016NE800705, do HMASP. A 2ª ICFEx, no relatório a ser produzido, deverá destacar a consistência, ou não, da pesquisa de preço que serviu de base ao HMASP para a aquisição sob investigação.

UG: 4ºBIL - APURAÇÃO: 2ª ICFEx	
INSTAURAÇÃO	BI/CCIEEx nº 047, de 27 Jun 17
ORIGEM	Ofício nº 42/2017- DIL/AJG, datado de 1º Jun 17, da PJM em São Paulo/SP.
OBJETO	Determino a instauração de uma Auditoria Especial (Portaria nº 813-Cmt Ex, de 28 SET 12) no 4º Batalhão de Infantaria Leve (4ºBIL) – Unidade Gestora 160474 – com o fito de analisar a documentação dos processos de aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do 4º Batalhão de Infantaria Leve, referente aos anos 2014 e 2015, a fim de averiguar possíveis discrepâncias entre o que era solicitado e o que era adquirido, tendo como base a solução da sindicância instaurada por intermédio da Portaria nº 059-Cart Jus.2/Div Pes/4º BIL, de 13 de julho de 2016.

#### b. Prorrogação de Prazo de Auditoria Especial

UG: CMR e 4º B Com - APURAÇÃO: 7ª ICFEx	
PRORROGAÇÃO	BI/CCIEEx nº 047, de 27 Jun 17 – 1ª Prorrogação
ORIGEM	DIEEx nº 371-S2/7ª ICFEx, datado de 22 de maio de 2017, da 7ª ICFEx.
OBJETO	Prorrogação da auditoria especial instaurada por meio do BI/CCIEEx Nº 022, de 21 de março de 2017, com a finalidade de realizar análise mais detalhada dos documentos apresentados pelas Unidades Gestoras a seguir listadas, que tem como foco realizar auditoria nas contratações realizadas junto à empresa Orion Construção e Comércio Ltda-EPP (CNPJ 17.447.161/0001-20), nos anos de 2015 e 2016, tendo como objeto verificar a regularidade processual das contratações da empresa.

UG: CIOEsp, 1º GAAAE, Cmdo 1ª DE, EsAO, ECEME, CCFEx e HGeRJ - APURAÇÃO: 1ª ICFEx	
PRORROGAÇÃO	BI/CCIEEx nº 047, de 27 Jun 17 – 1ª Prorrogação
ORIGEM	DIEEx nº 536- S2/Subchefia/Chefia, datado de 11 de maio de 2017, da 1ª ICFEx.
OBJETO	Prorrogação da auditoria especial instaurada por meio do BI/CCIEEx Nº 23, de 23 de março de 2017, que tem como objeto verificar a regularidade processual das contratações da empresa Four Business Desenvolvimento Gerencial Ltda EPP (CNPJ 20.739.399/0001-34), no ano de 2016.


CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 44	
--------	---	---------	---

UG: Dst Deo, 1º BG, 15º RCMec, 31º GAC, Cmdo 1ª DE, CMRJ, ECEME, CCFEx, EsSLog, LQFEx e DF - APURAÇÃO: 1ª ICFEx	
PRORROGAÇÃO	BI/CCIEEx nº 047, de 27 Jun 17 – 1ª Prorrogação
ORIGEM	DIEEx nº 536- S2/Subchefia/Chefia, datado de 11 de maio de 2017, da 1ª ICFEx.
OBJETO	Prorrogação da auditoria especial instaurada por meio do BI/CCIEEx Nº 23, de 23 de março de 2017, que tem como objeto verificar a regularidade processual das contratações da empresa Orion Construção e Comércio Ltda-EPP (CNPJ 17.447.161/0001-20), nos anos de 2015 e 2016.

UG: 15º GAC Ap - APURAÇÃO: 5ª ICFEx	
PRORROGAÇÃO	BI/CCIEEx nº 047, de 27 Jun 17 – 1ª Prorrogação
ORIGEM	DIEEx nº 150-Aud/SAF/5ª ICFEx, datado de 15 de maio de 2017, da 5ª ICFEx.
OBJETO	Prorrogação da auditoria especial instaurada por meio do BI/CCIEEx Nº 023, de 23 de março de 2017, com a finalidade de realizar análise mais detalhada dos documentos apresentados pelo 15º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (UG 160229), que tem como foco realizar auditoria nas contratações realizadas junto à empresa Cristo & Dias Construções Ltda-ME (CNPJ 17.833.996/0001-19), no ano de 2016, tendo como objeto verificar a regularidade processual das contratações da empresa.

UG: 22º GAC Ap - APURAÇÃO: 3ª ICFEx	
PRORROGAÇÃO	BI/CCIEEx nº 047, de 27 Jun 17 – 1ª Prorrogação
ORIGEM	DIEEx nº 526-S2/Ch/3ªICFEx, datado de 22 de maio de 2017, da 3ª ICFEx.
OBJETO	Prorrogação da auditoria especial instaurada por meio do BI/CCIEEx Nº 023, de 23 de março de 2017, com a finalidade de realizar análise mais detalhada dos documentos apresentados pelas Unidades Gestoras a seguir listada, que tem como foco realizar auditoria nas contratações realizadas junto à empresa Four Business Desenvolvimento Gerencial Ltda EPP (CNPJ 20.739.399/0001-34), no ano de 2016, tendo como objeto verificar a regularidade processual da contratação da empresa.

UG: CMSM, 1º RCC, 3º B Log, HMAPA, 13ª Cia DAM, 29º BIB, 3º GAC Ap, Cmdo 3ª DE, HGSM e Pq RMnt/3 - APURAÇÃO: 3ª ICFEx	
PRORROGAÇÃO	BI/CCIEEx nº 047, de 27 Jun 17 – 1ª Prorrogação
ORIGEM	DIEEx nº 526-S2/Ch/3ªICFEx, datado de 22 de maio de 2017, da 3ª ICFEx.
OBJETO	Prorrogação da auditoria especial instaurada por meio do BI/CCIEEx nº 023, de 23 de março de 2017, com a finalidade de realizar análise mais detalhada dos documentos apresentados pelas Unidades Gestoras a seguir listadas, que tem como foco realizar auditoria nas contratações realizadas junto à empresa Orion Construção e Comércio Ltda-EPP (CNPJ 17.447.161/0001-20), nos anos de 2015 e 2016, tendo como objeto verificar a regularidade processual das contratações da empresa.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 45	
--------	---	---------	---


UG: HMAPA - APURAÇÃO: 3ª ICFeX	
PRORROGAÇÃO	BI/CCIEEx nº 047, de 27 Jun 17 – 1ª Prorrogação
ORIGEM	DIEx nº 526-S2/Ch/3ªICFeX, datado de 22 de maio de 2017, da 3ª ICFeX.
OBJETO	Prorrogação da auditoria especial instaurada por meio do BI/CCIEEx Nº 023, de 23 de março de 2017, com a finalidade de realizar análise mais detalhada dos documentos apresentados pelas Unidades Gestoras a seguir listadas, que tem como foco realizar auditoria nas contratações realizadas junto à empresa MG Engenharia Eireli-ME (CNPJ 24.439.931/0001-59), no ano de 2016, tendo como objeto verificar a regularidade processual da contratação da empresa.

UG: 1º CGEO e Cmdo CMS - APURAÇÃO: 3ª ICFeX	
PRORROGAÇÃO	BI/CCIEEx nº 047, de 27 Jun 17 – 1ª Prorrogação
ORIGEM	DIEx nº 526-S2/Ch/3ªICFeX, datado de 22 de maio de 2017, da 3ª ICFeX.
OBJETO	Prorrogação da auditoria especial instaurada por meio do BI/CCIEEx Nº 023, de 23 de março de 2017, com a finalidade de realizar análise mais detalhada dos documentos apresentados pelas Unidades Gestoras a seguir listadas, que tem como foco realizar auditoria nas contratações realizadas junto à empresa Tavares e Silva Projetos e Instalações e Reformas em Geral (CNPJ 21.556.019/0001-99), no ano de 2016, tendo como objeto verificar a regularidade processual da contratação da empresa.

UG: EsPCEEx, 2º GAC L, 37º BIL, 5º BIL, 14ª CSM e BAvT - APURAÇÃO: 2ª ICFeX	
PRORROGAÇÃO	BI/CCIEEx nº 047, de 27 Jun 17 – 1ª Prorrogação
ORIGEM	DIEx nº 334-S2/2ª ICFeX, datado de 22 de maio de 2017, da 2ª ICFeX.
OBJETO	Prorrogação da auditoria especial instaurada por meio do BI/CCIEEx nº 23, de 23 de março de 2017, que tem como objeto verificar a regularidade processual das contratações da empresa Orion Construção e Comércio Ltda-EPP (CNPJ 17.447.161/0001-20), nos anos de 2015 e 2016.

UG: HMAM - APURAÇÃO: 12ª ICFeX	
PRORROGAÇÃO	BI/CCIEEx nº 047, de 27 Jun 17 – 4ª Prorrogação
ORIGEM	DIEx nº 555-2ª Seção/12ª ICFeX, de 1º de junho de 2017, da 12ª ICFeX
OBJETO	Prorrogação da auditoria instaurada por meio do BI/CCIEEx nº 82, de 8 de novembro 2016, no Hospital Militar da Área de Manaus, relacionada ao IPM nº 133-24.2016.7.12.0012, tendo em vista que o trabalho de análise da documentação relacionada à auditoria ainda não foi concluído.

UG: DGP - APURAÇÃO: 11ª ICFeX	
PRORROGAÇÃO	BI/CCIEEx nº 049, de 04 Jul 17 – 4ª Prorrogação
ORIGEM	DIEx nº 484-S2/11ª ICFeX, de 15 de maio de 2017, da 11ª ICFeX
OBJETO	Prorrogação da auditoria especial instaurada por meio do BI/CCIEEx nº 82, de 8 de novembro 2016, no Departamento-Geral do Pessoal, relacionada ao IPM nº 230-30.2011.7.11.0011 – Contrato nº 21/2008-DGP, a fim de atender solicitação do Centro de Desenvolvimento de Sistema (CDS), evitando-se, assim, a emissão de parecer inconcluso pela equipe técnica.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 46	
--------	---	---------	---

UG: HCE - APURAÇÃO: 1ª ICFEEx	
PRORROGAÇÃO	BI/CCIEEx nº 050, de 06 Jul 17 – 1ª Prorrogação
ORIGEM	Ofício nº 261/2017/6ª PJMRJ/1º Ofício Especializado, de 7 Jun 17, da 6ª PJM
OBJETO	Prorrogação do prazo para o atendimento da demanda relacionada ao Procedimento Investigatório nº 0000249-84.2016.1106, que trata da requisição de auditoria no Pregão Eletrônico SRP nº 42/2015, a fim de verificar o cumprimento de dispositivos previstos na Portaria nº 001-SEF, de 27 de janeiro de 2014, que normatiza, no âmbito do Comando do Exército, o Sistema de Registro de Preços (SRP), em relação a adesão do Hospital Geral do Rio de Janeiro ao pregão em questão.

## 2. Auditoria de Natureza Operacional

### a. Instauração

Nada a declarar.

### b. Painel de Referência


Painel de Referência de Auditoria Operacional - Realização

a) Foi realizado no dia 8 de junho de 2017 na sala de instrução do CCIEEx, o 2º painel de referência da Auditoria Operacional nos processos de auditoria prévia, concorrente e retrospectiva, referentes aos procedimentos médicos realizados pelas Organizações Civas de Saúde e Prestadores de Serviço Autônomo.

b) O citado painel teve por objetivo validar a matriz de achados por meio da discussão entre os participantes sobre os seguintes assuntos: principais conclusões da auditoria, suficiência das evidências coletadas, adequação das análises realizadas e pertinência das recomendações.

c) Participaram do painel de referência os seguintes militares:

Posto	Nome	Função
Maj QCO	<b>CELSO ROSSATO SANTI</b>	Adj SAGEF
Maj Int	<b>JORGE RODRIGO FARIA</b>	Adj SAGEF
Maj Int	<b>RODRIGO TAVARES FERREIRA</b>	Adj SAGEF
Maj QCO	<b>JORGE LUIZ GOMES SILVA</b>	Adj SAPES
Cap Int	<b>TIAGO REBOUÇAS FÉLIX</b>	Adj SAGEF
Cap QCO	<b>RODRIGO TERROSO LOPES</b>	Adj SAGEF
Cap QCO	<b>EVERTON LUIS PEREIRA MARTINS</b>	Adj SAGEF
Cap QCO	<b>MAGNO ANTÔNIO DA SILVA</b>	Adj SAPES
Cap QCO	<b>GENILSON XAVIER DA SILVA</b>	Adj SPE
Cap QCO	<b>ROSANGELO KOLTZ</b>	Adj SAPES
2º Ten QAO	<b>RINALDO APARECIDO RIBEIRO</b>	Adj SAGEF

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 47	
--------	---	---------	---

Painel de Referência de Auditoria Operacional no SisFPC - Apresentação

a) Foi realizado no dia 29 de junho de 2017 na sala de instrução do CCIEEx, o 1º painel de referência da Auditoria Operacional no Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (SisFPC).

O citado painel teve por objetivo validar a matriz de achados por meio da discussão entre os participantes sobre os seguintes assuntos: prover um variado conjunto de opiniões especializadas e independentes sobre o objeto de auditoria; assegurar a qualidade do trabalho e alertar a equipe sobre falhas no seu desenvolvimento/concepção; e validar a matriz de planejamento.

Participaram do painel de referência os seguintes militares:

Posto	Nome	Função
Maj	<b>CELSO ROSSATO SANTI</b>	Adj SAGEF
Maj	<b>RODRIGO TAVARES FERREIRA</b>	Adj SAGEF
Maj	<b>RODRIGO FERREIRA MACHADO</b>	Ch 2ª Seq/11ª ICFEx
Cap	<b>RODRIGO TERROSO LOPES</b>	Adj SAGEF
2º Ten	<b>RINALDO APARECIDO RIBEIRO</b>	Adj SAGEF
2º Ten	<b>JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA</b>	Adj SPE

Transcrição do BI 049, de 4 Jul 2017 do CCIEEx.


Painel de Referência de Auditoria Operacional no SisFPC - Apresentação

a) Foi realizado no dia 10 de julho de 2017 na sala de instrução do CCIEEx, o 2º painel de referência da Auditoria Operacional no Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (SisFPC).

O citado painel teve por objetivo validar a matriz de achados por meio da discussão entre os participantes sobre os seguintes assuntos: prover um variado conjunto de opiniões especializadas e independentes sobre o objeto de auditoria; assegurar a qualidade do trabalho e alertar a equipe sobre falhas no seu desenvolvimento/concepção; e validar a matriz de planejamento.

Participaram do painel de referência os seguintes militares:

Posto	Nome	Função
Ten Cel Inf	<b>EDUARDO FERREIRA DE MIRANDA</b>	Ch C Coord Op Fisc/SFPC 11ª RM
Maj Int	<b>JORGE RODRIGO FARIA</b>	Adj SAGEF
Maj Int	<b>RODRIGO TAVARES FERREIRA</b>	Adj SAGEF
Maj Int	<b>RODRIGO FERREIRA MACHADO</b>	Ch 2ª Seq/ 11ª ICFEx
Cap QCO	<b>RODRIGO TERROSO LOPES</b>	Adj SAGEF
1º Ten QAO	<b>ODILON PEREIRA DE NOVAIS FILHO</b>	S1 e S4 da SFPC/11ª RM

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 48	
--------	---	---------	---

b) Foi realizado no dia 11 de julho de 2017 na sala de instrução do CCIEEx, o 3º painel de referência da Auditoria Operacional no Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (SisFPC).

O citado painel teve por objetivo validar a matriz de achados por meio da discussão entre os participantes sobre os seguintes assuntos: prover um variado conjunto de opiniões especializadas e independentes sobre o objeto de auditoria; assegurar a qualidade do trabalho e alertar a equipe sobre falhas no seu desenvolvimento/concepção; e validar a matriz de planejamento.

Participaram do painel de referência os seguintes militares:

Posto	Nome	Função
Ten Cel Eng Mil	MARCOS LOPES DO NASCIMENTO	Coord Gestão Div Ct/DFPC
Maj Eng Mil	MARCUS VINÍCIUS BRAZ MARTINS	Ch Seç Gestão e Plj/DFPC
Maj Int	RODRIGO TAVARES FERREIRA	Adj SAGEF
Maj Int	RODRIGO FERREIRA MACHADO	Ch 2ª Seç/ 11ª ICFEx
Cap QCO	RODRIGO TERROSO LOPES	Adj SAGEF

Transcrição do BI 052, de 13 Jul 2017 do CCIEEx.

### 3. Visitas de Auditorias Realizadas

OM	PERÍODO	LOCAL	TIPO
IMBEL/FI – Juiz de Fora-MG	10 a 14 Jul	FORA DA SEDE	PAAA


### 4. Capacitação/Cursos

#### Curso de Auditoria de Fraudes e Canal de Denúncias – Conclusão

Os seguintes participantes concluíram com aproveitamento o Curso de Auditoria de Fraudes e Canal de Denúncias, coordenado pelo CCIEEx e ministrado pelo IIA – Brasil, no auditório da SEF, no período de 26 a 30 JUN 17:


Nr	OM	Idt	Posto / Grad	Nome Completo
1	CCIEEx	018433653-5	Cel	OTHILIO FRAGA NETO
2		029309232-6	Cel R/1	PAULO ROBERTO COSTA
3		019522913-3	Maj	MOACYR COELHO DA CUNHA JÚNIOR
4		020473674-8	Maj	CELSO RODRIGO LIMA DOS SANTOS
5		062396854-2	Cap	RODNEY MARCOS DA COSTA
6		013174914-5	Cap	LEONARDO GABE LOPES
7		030982024-9	Cap	ROSANGELO KOLTZ
8		041950194-5	Cap	MARCIO ANTÔNIO AMITE



CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 49	
--------	---	---------	---

9		010011065-9	Cap	<b>TIAGO REBOUÇAS FELIX</b>
10		110270665-0	1° Ten	<b>MARCELA DE ALMEIDA AVANCI</b>
11		110499517-8	2° Ten	<b>SUZANA DE OLIVEIRA FONTES</b>
12		111107757-2	2° Ten	<b>NAGILA CRISTINA MOURA</b>
13	COLOG	110831817-9	3° Sgt	<b>INGRID LAÍS VIEIRA</b>
14		7688993	SC	<b>MARA LÚCIA COLOMBO REGINATO</b>
15	DCT	110077465-0	1° Ten	<b>ELIANE SALDAN</b>
16		5620615	3° Sgt	<b>IZABELLE IZA RIBEIRO MOTA</b>
17	DEC	010111705-9	Cap	<b>BRUNO DE OLIVEIRA ALEGRIA</b>
18		049790093-6	1° Ten	<b>IVANDILSON MOISES NONATO</b>
19	DGP	025451723-8	Cel	<b>WAGNER JOSÉ DE ARAUJO</b>
20		011476773-4	Cel	<b>MARCUS VINICIUS D'ALESSANDRO BARBOSA</b>
21	COTER	127470413-7	S Ten	<b>MARCELO DE FREITAS MATOS</b>
22	SEF	025453743-4	Cel	<b>WASHINGTON MOREIRA CORRENTE</b>
23		020023854-1	Cel	<b>RENATO CALDEIRA IGREJA</b>
24		018769633-1	Maj	<b>SERGIO RICARDO CAVALIERE DE MEDEIROS</b>
25	DGE	020136353-8	Gen Bda	<b>ANTÔNIO AMARO DE LIMA FILHO</b>
26		060038987-8	1° Ten	<b>JOSINALDO DA SILVA BARROS</b>
27	CPEx	021646574-0	Maj	<b>ALESSANDRO GUIDUCI MOREIRA</b>
28		010012845-3	Cap	<b>PLINIO MARIA CARNEIRO</b>
27	CPEx	021646574-0	Maj	<b>ALESSANDRO GUIDUCI MOREIRA</b>
28		010012845-3	Cap	<b>PLINIO MARIA CARNEIRO</b>
29	AOFin	021645964-4	Cap	<b>JÚLIO CÉSAR TENÓRIO DE OLIVEIRA</b>
30	11ª ICFEx	020288714-7	Cel	<b>ÉLTON RODRIGUES ALVES ARRAIS</b>
31		030977074-1	Cap	<b>ADALBERTO ROBERTO NUNES LÜDTKE</b>
32		049873333-6	1° Ten	<b>CESAR DE MAGALHÃES PIOMONTE</b>
33		010023005-1	2° Sgt	<b>RICARDO CARDOSO BARBOZA</b>

Transcrição do BI 050, de 6 Jul 2017 do CCIEEx.

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 50	
--------	---	---------	---

### 3ª PARTE – ASSUNTOS GERAIS

1. Atualização da legislação, das normas, dos sistemas corporativos e das orientações para as Unidades Gestoras.

a. Nota Técnica Informativa Especial

Nada a declarar.

b. Legislações e Atos Normativos

Nada a declarar.

c. Orientações aos Ordenadores de Despesas - DIEx nº 788-S2/11ªICFEx - Circular de 24 Jul 2017.


**Assunto:** medidas de racionalização do gasto público nas contratações de bens e serviços no Executivo federal

“1. Sobre o assunto, informo a V. Sª que foi publicada, na quinta-feira (20JUL17), a Portaria nº 234, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), que estabelece medidas de racionalização do gasto público nas contratações de bens e serviços no Executivo federal. A medida se soma aos esforços do governo para garantir a eficiência da máquina administrativa e a efetiva gestão da alocação de recursos públicos.

2. Com a publicação da norma, fica suspensa, no ano de 2017, a realização de novas contratações relacionadas à aquisição de imóveis e de veículos de representação, de transporte institucional e de serviços comuns, e à locação de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, com exceções relacionadas na Portaria. A regra vale para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

3. O normativo publicado substitui a que estabelecia Portaria nº 28/17, limites de gastos para o governo federal. Portanto, tal medida está dentro da política de governo para evitar aumento de gastos, que vem sendo implementada há pelo menos três anos, por meio de outras normas como a Portaria nº 172/15 e a Portaria nº 67/16. (ass) ÉLTON RODRIGUES ALVES ARRAIS – Cel - Chefe da 11ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército. ”

(transcrição do DIEx nº 788-S2/11ª ICFEx – CIRCULAR, de 24 JUL 17.)

CCIEEx	Boletim Informativo nº 03, de 31 de julho de 2017	Pag: 51	
--------	---	---------	---

## 2. Decálogo do Controle Interno

O CCIEEx tem atuado para a busca de melhoria da gestão, redução dos riscos que levem a irregularidades administrativas e o fortalecimento da governança institucional com o foco na preservação da ótima imagem do Exército junto à sociedade. Neste contexto, de modo a orientar os agentes da administração, o Centro reuniu em um Decálogo, pontos que devem ser de atenção permanente dos gestores, quanto à aplicação dos recursos disponibilizados para as UG.

### Decálogo do Controle Interno

1. Finalidade dos Recursos;
2. Controle Patrimonial;
3. Fiscalização dos Contratos;
4. Atuação dos Controles Internos da Gestão (SALC e Conformidade de Registro de Gestão);
5. Rotatividade nas funções (cargos sensíveis);
6. Capacitação dos Agentes da Administração;
7. Segregação de funções;
8. Gestão de riscos;
9. Austeridade (LAI, Portal da transparência) e aderência à legalidade; e
10. Confiar e prestigiar o Controle Interno, atendendo, tempestivamente, às suas recomendações.

**Gen Div LUIZ ARNALDO BARRETO ARAUJO**  
Chefe do Centro de Controle Interno do Exército